

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
INSTITUTO ECUMÊNICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

SANDRA KAMIEN TEHZY

SIMPLESMENTE IGREJA:

um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para
uma práxis comunitária inclusiva

São Leopoldo

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SANDRA KAMIEN TEHZY

SIMPLESMENTE IGREJA:

um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para
uma práxis comunitária inclusiva.

Dissertação de Mestrado
Para obtenção do grau
de Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Instituto Ecumênico de Pós-Graduação
Religião e Educação

Orientador: Prof. Dr. Remí Klein

São Leopoldo

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T261s Tehzy, Sandra Kamien

 Simplesmente igreja : um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva / Sandra Kamien Tehzy ; orientador Remí Klein. – São Leopoldo : EST/PPG, 2008.
 95 f.

 Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2008.

 1. Obras da igreja junto aos deficientes. 2. IECLB.
 3. Inclusão escolar. 4. Deficientes – Vida religiosa.
 5. Deficientes – Ensino bíblico. I. Klein, Remí. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelos caminhos que me fez trilhar na vida os quais me levaram a esta pesquisa. E por todas as pessoas que Ele colocou para caminhar junto comigo... também nos momentos de passos solitários...

Ao professor Dr. Remí Klein pelo conhecimento, sabedoria e amizade compartilhadas no período de orientação da pesquisa, pelo ouvir atento e aberto às idéias e preocupações que gestaram esta dissertação, pelas interações que moldaram o texto, pela sensibilidade e acolhimento nos descaminhos e pela inspiradora “aposta” na caminhante... Obrigada!

À professora Dra. Maura Corcini Lopes pelo carinhoso acolhimento em seu grupo, que abriu caminhos diferentes e instigantes, pela abertura e pelos questionamentos à pastora que orientaram passos importantes deste caminhar que revelaram à pesquisadora o “simplesmente igreja”.

Aos novos amigos presenteados por Deus neste caminho da pesquisa: Graciete e Manolo, pela preciosa, conselheira e “mineira” amizade, Maraike e Raquel pelas descobertas, reflexões, “risadas” e amizade compartilhadas.

Às pessoas que contribuíram e possibilitaram esta pesquisa ao compartilhar seus saberes e experiências através das entrevistas.

Ao Instituto Ecumênico de Pós-Graduação – IEPG e a CAPES por possibilitarem a pesquisa. Aos professores e professora do IEPG pelos diálogos e reflexões possibilitados. Ao professor Dr. Manfredo Carlos Wachs e Dra. Maura Corcini Lopes, pelas sugestões no exame de qualificação que re-direcionaram os caminhos da pesquisa. À professora Dra. Laude Erandi Brandenburg pela palavra que num certo dia, fez continuarem os passos...

Obrigada: a meus pais, por me ensinarem os primeiros passos na vida, ao Wagner, pelos caminhos compartilhados, pelos passos percorridos e sonhados, e à Beatriz, pelo privilégio de vê-la dar seus passos e ser parte do seu caminho...

*Se vier a existir uma comunidade
no mundo dos indivíduos, só poderá
ser (e precisa sê-lo) uma
comunidade tecida em conjunto a
partir do compartilhamento e do
cuidado mútuo; uma comunidade de
interesse e responsabilidade em
relação aos direitos iguais de
sermos humanos e igual
capacidade de agirmos em defesa
desses direitos.*

BAUMAN (2003, p.134)

TEHZY, Sandra Kamien. **Simplemente Igreja**: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia.

RESUMO

Um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a partir do diálogo entre duas áreas de conhecimento, a religião e educação. Problematiza a relação igreja e inclusão a partir dos questionamentos provenientes dos debates no campo educativo em diálogo com as “falas” comunitárias coletadas através de entrevistas com lideranças de comunidade e integrantes de coordenações de trabalho com pessoas com deficiência em âmbito sinodal e nacional. O primeiro capítulo aborda brevemente a história da IECLB, desde sua formação até a atualidade, destacando os caminhos da reflexão e dos trabalhos sobre inclusão de pessoas com deficiência na igreja. O segundo capítulo apresenta uma retrospectiva histórica e bíblica buscando olhar como as pessoas com deficiência foram vistas e compreendidas na trajetória das “cavernas à manjedoura”. O terceiro capítulo busca por contribuições para uma práxis comunitária inclusiva, através do diálogo, tendo como pano de fundo a metáfora paulina da igreja como “corpo”, entre os questionamentos e reflexões sobre inclusão no campo educativo e o cotidiano da vida comunitária expresso nas falas das pessoas entrevistadas.

Palavras-chave: Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) – Inclusão – Pessoas com deficiência.

TEHZY, Sandra Kamien. **Simply Church**: a survey on the inclusion of people with disabilities as a means of contributing towards an inclusive congregational practice. São Leopoldo: Higher School of Theology.

ABSTRACT

This paper surveys the inclusion of people with disabilities within the Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (ECLCB) based on the dialogue between two fields of knowledge, religion and education. The study discusses the relation between church and inclusion, examining issues raised by debates in the educational field in dialogue with congregational "voices", statements collected in interviews with leaders of congregations and with members of coordinating committees working with disabled people at the synod and national levels. The first chapter briefly presents the history of ECLCB, from its origins to the present, highlighting the development of the reflection and the effort to include disabled people within the church. The second chapter provides a historical, biblical-theological review, in an attempt to discern how people with disabilities were seen and understood in pre-Christian times. The third chapter looks for contributions towards an inclusive congregational practice by means of a dialogue – in line with the Pauline image of the church as a "body" – between the issues and reflections on inclusion in the educational field and the congregational day to day expressed in the statements made by the people interviewed.

Key words: Evangelical Church of Lutheran Confession in Brazil (ECLCB) – Inclusion – People with disabilities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 SIMPLEMENTE IECLB - UMA PEQUENA PARTE DO “TODO”	16
1.1 “Imigrante” prestes a perecer foi meu pai – Assim nasce a IECLB.....	16
1.2 Institucionalizando-se: O diálogo unindo as partes.....	19
1.3 A Coordenação de Diaconia: uma parte do todo-IECLB	22
2 DAS CAVERNAS À MANJEDOURA: OLHANDO A DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA E NA BÍBLIA	31
2.1 Um passeio pelo tempo - aspectos históricos da deficiência.....	32
2.1.1 Mundo primitivo – primitiva sobrevivência.....	33
2.1.2 Do primitivo às culturas antigas.....	35
2.1.2.1 Os egípcios	37
2.1.2.2 Os gregos.....	39
2.1.2.3 Os romanos.....	43
2.2 De Abraão a Cristo: o testemunho bíblico sobre a deficiência	47
2.2.1 “Arameu prestes a perecer foi meu pai”	47
2.2.1.1 Doenças e deficiências do povo escolhido.....	50
2.2.2 “Eis aqui vos trago boa-nova de grande alegria...”	53
3 SIMPLEMENTE IGREJA – ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁXIS COMUNITÁRIA	60
3.1 “Os muitos no Um”: Igreja como Corpo de Cristo	61
3.1.1 Contextualizando.....	62
3.1.2 O corpo: vivência na diversidade	64
3.2 As falas do corpo: falas que dizem, silêncios que falam.....	67
3.2.1 O corpo fala: inclusão?!?.....	68

3.2.2 O corpo fala: Entre experiências e rampas	73
3.2.3 Nas falas do corpo: a percepção das ausências	76
3.2.4 Igreja e inclusão: questionamentos, papéis, possibilidades... ..	79
CONCLUSÃO.....	83
REFERÊNCIAS.....	89
ANEXO I.....	95
ANEXO II.....	96
ANEXO III.....	97

INTRODUÇÃO

O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História. [Paulo Freire]¹

Escolhi estas palavras de Paulo Freire porque elas caracterizam o caminho desta pesquisa e me posicionam dentro do tema. Minha trajetória enquanto pesquisadora se mistura com o ser pastora, assim como as compreensões de comunidade e igreja se misturam de tal forma nas falas comunitárias que se torna difícil separá-las. Igreja e comunidade com os seus significados próprios estão inseridas uma na outra, embora continuem sendo duas perspectivas diferentes.

É na busca constante de outras e novas possibilidades para o fazer e o refletir das práticas pastorais e comunitárias que os questionamentos sobre inclusão de pessoas com deficiência encontram o caminho da pesquisa. Neste caminhar, que inicialmente buscava “respostas”, não prontas, pois estas de nada servem, mas que sinalizassem caminhos para questões cotidianas da vida comunitária, encontrei outras perguntas.

As reflexões e discussões sobre inclusão são uma tendência nos discursos e pesquisas da atualidade, sendo o campo educativo o que concentra maior parte da

¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.54.

produção sobre o tema. Embora a proposta de educação inclusiva se apresente como “educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se, meios e modos de remover as barreiras para a aprendizagem e para a participação dos aprendizes, indistintamente”², ou seja, visa a qualidade da “educação para todos”, e todos tomado no seu sentido literal.

Embora partindo do princípio da educação para todos, na maioria das vezes em que falamos em inclusão associa-se o tema às pessoas com deficiência mental, sensorial, múltiplas ou àqueles que apresentam condutas típicas de síndromes, etc. E, mesmo que nestes tempos globalizados em que vivemos, aumentem a cada dia em milhões os excluídos “classificados” nas mais diferentes categorias e que são “alvo” de reflexões, lutas e bandeiras, partindo de diversos campos de conhecimento, essa associação é quase que automática. E isto não acontece apenas no campo educativo, no qual atualmente muito se tem produzido e discutido sobre assunto, mas também no âmbito da igreja.

Com raízes em tempos anteriores à década de 60, nessa longa trajetória histórica das reflexões sobre inclusão, são apontadas muitas contribuições provenientes de diferentes campos de saber, de organizações e movimentos. Sendo que é no período de 1980-1990 que é ela defendida de forma mais ampla a partir de declarações e tratados mundiais. Destes destacamos: no ano de 1985, o Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes lançado pela Assembléia Geral das Nações Unidas, que recomendava: “Quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal”³. Em 1990, acontece em Jomtien, na Tailândia a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, que prevê:

² EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 64.

³ NOVA ESCOLA. **Pessoas Especiais**. São Paulo: Editora Abril, jan./fev. de 2001.

[...] que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos (mulheres, camponeses, refugiados, negros, índios, presos e deficientes) pela universalização do acesso, promoção da igualdade, ampliação dos meios e conteúdos da Educação Básica e melhoria do ambientes de estudo.⁴

Em junho de 1994, é assinada na Espanha por dirigentes de mais de 88 países a Declaração de Salamanca, considerada “um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais”. Nela, as escolas regulares inclusivas são apontadas como o instrumento mais eficaz de combate à discriminação. É determinado na declaração que “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e lingüísticas”.⁵

Esta declaração de Salamanca não tem efeito de lei, mas firma um compromisso com a educação para todos, afirmando “que também devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual. As deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais”.⁶ Ela propõe uma pedagogia centrada nas potencialidades humanas, que visa à inclusão de todos a partir do reconhecimento da diversidade e das necessidades individuais. Afirma:

A inclusão e participação são essenciais para a dignidade humana e para o desfrute e exercício dos direitos humanos. As diferenças humanas são normais. As escolas comuns devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos. Os governos devem adotar, na forma de lei ou política, o princípio da educação inclusiva, matriculando todas as crianças nas escolas regulares, a menos que existam motivos inegáveis para não fazê-lo.⁷

Cabe ainda destacar que, como fruto desta longa caminhada que vem se construindo historicamente sobre inclusão, se atravessam muitas teorias e os conceitos que vão também se construindo a partir das diferentes áreas de

⁴ NOVA ESCOLA, 2001.

⁵ NOVA ESCOLA, 2001.

⁶ NOVA ESCOLA. **Inclusão**. São Paulo: Editora Abril, outubro de 2006. p. 15.

⁷ MITTLER, Peter. Um desafio Global. In; REVISTA PÁTIO. **Diversidade na Educação**: limites e possibilidades. Ano V. n. 20. Artmed, fev.-abr. de 2002. p.13.

conhecimento. Não pretendemos neste trabalho defender bandeiras ou propostas que acreditamos, como muito se faz nesta questão, serem mais “corretas” ou coerentes, ou seja qual o qualitativo que se queira usar. Na abordagem do tema também não visamos adentrar e discutir o tema na área da educação, mas buscar, nas reflexões e discussões produzidas nesta área, pontos de questionamentos e contribuições para esta reflexão no âmbito da comunidade/igreja.

Assim, para iniciar nosso olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência na comunidade, buscando situar a pesquisa em seu contexto, abordamos brevemente a história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB, das suas origens com a imigração alemã até a atual organização estrutural, focalizando sua compreensão eclesial. Dentro disso, olhamos para a trajetória da questão da inclusão dentro da Igreja, que se inicia pela insistência de uma pessoa, que “não deu trégua à sua Igreja e não cansou de lembrá-la, sempre de novo, que as Pessoas Portadoras de Deficiência⁸ precisam de mais espaço dentro da Igreja”. Um marco nesta trajetória é a criação de um setor de trabalho específico, vinculado ao Departamento de Diaconia, hoje Coordenação de Diaconia, para atuar em favor da inclusão e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Depois de situar a pesquisa dentro do contexto da IECLB, o segundo capítulo apresenta um panorama histórico e bíblico, buscando olhar como as pessoas com deficiência foram vistas e compreendidas na trajetória histórica das cavernas à manjedoura. Jesus, a partir da sua prática dentro do contexto sócio-político-religioso de sua época, principalmente em sua relação como os ditos “marginalizados e oprimidos”, rompe com as leis que determinavam as pessoas e as

⁸ Ressalto que nesta pesquisa será usada a nomenclatura pessoa com deficiência, o termo “portadores” só será usado em decorrência de citações como neste caso.

relações. Neste “novo jeito de olhar” para as pessoas encontramos importantes questionamentos para a práxis comunitária.

E assim nos encaminhamos para o terceiro capítulo desta pesquisa, que, a partir do pano de fundo dos capítulos anteriores, busca um diálogo, a partir das entrevistas⁹ realizadas, sobre questões recorrentes nas falas das pessoas e na atual reflexão sobre inclusão. A aproximação entre as áreas de religião e educação se dá através de alguns questionamentos feitos no campo educativo que encontram eco também no campo comunitário e apontam possíveis caminhos e contribuições para a reflexão e prática comunitária visando inclusão.

Foram entrevistadas sete pessoas com base num roteiro de perguntas, buscando saber como é compreendido o tema inclusão em sua relação com a comunidade/igreja. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas literalmente. O critério utilizado para definir as pessoas entrevistadas foi o exercício de liderança no âmbito da comunidade/igreja.

Assim, foram entrevistadas quatro pessoas da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana em Portão, que participam ativamente da vida comunitária e ocupam cargos no presbitério (órgão diretivo da comunidade), e três pessoas que desempenham funções em Coordenações de Trabalhos sobre inclusão em nível Sinodal, no Sínodo Nordeste Gaúcho¹⁰ (duas pessoas: uma leiga e outra obreira) e,

⁹ Foram entrevistadas sete pessoas identificadas aleatoriamente por “pessoa 1, 2, 3, etc. As entrevistas se basearam num roteiro de perguntas, que consta no anexo II. Todas as pessoas assinaram o “Termo de Consentimento”, conforme modelo no anexo III.

¹⁰ A IECLB está organizada em 18 sínodos. A Paróquia de Portão faz parte do Sínodo Nordeste Gaúcho, que é composto por 28 Paróquias, formadas por 104 comunidades e 107 pontos de pregação, totalizando 60.000 membros batizados, numa área que abrange 46 municípios. Maiores informações ver: www.luteranos.com.br/nordestegaucho. Dentro da organização sinodal os trabalhos são desenvolvidos pelas coordenações que são formadas voluntariamente por membros de diferentes comunidades acompanhadas por dois obreiros. Essas coordenações definem as prioridades e as atividades desenvolvidas, dirigindo-as de acordo com as necessidades e interesses de cada grupo (p.ex. crianças, jovens, mulheres, etc.) prestando assessoria às comunidades do sínodo.

uma pessoa em nível nacional da Coordenação de Trabalhos na área de Inclusão da IECLB.

Dessa forma, foi possível perceber o olhar sobre o tema na comunidade local, enriquecido pelo olhar das pessoas envolvidas nas coordenações, que trazem refletidas em suas falas não só sua visão pessoal, mas também a percepção do tema em outras comunidades onde são desenvolvidas as atividades, ampliando assim, o alcance da pesquisa. Os recortes das entrevistas utilizados no corpo da dissertação foram escolhidos considerando a pergunta da pesquisa, sobre os saberes da comunidade sobre inclusão e como ela é percebida nas práticas da comunidade/igreja.

Consideramos como pano de fundo em nossos diálogos com o tema o cotidiano comunitário percebido pelas pessoas entrevistadas e expresso em suas falas, que não localizam a questão da inclusão num determinado espaço. A partir disso podemos afirmar que o “educativo” na comunidade não se restringe a alguns grupos ou trabalhos específicos, mas perpassa todas as ações e reflexões, trocas e aprendizados que perpassam todas as vivências comunitárias. Sendo assim,

[...] a rua de acesso à inclusão não tem um fim porque ela é, em sua essência, mais um processo do que um destino. A inclusão representa, de fato, uma mudança na mente e nos valores para as escolas e para a sociedade como um todo [...].¹¹

¹¹ MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 36.

1 SIMPLEMENTE IECLB - UMA PEQUENA PARTE DO “TODO”

1.1 “Imigrante” prestes a perecer foi meu pai¹² – Assim nasce a IECLB

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB está ligada em sua origem e história à Reforma Protestante e à imigração alemã vivida fortemente no século XIX. A Alemanha vive um período difícil marcado pela fome e miséria, que, segundo Hans-Jurgen Prien¹³, leva 10 milhões de alemães a emigrar da Europa. Embora houvesse pessoas identificadas com a fé evangélico-luterana presentes no Brasil por volta do ano de 1554, como, por exemplo, Heliodor Hesse e Hans Staden¹⁴, é o ano de 1824 que marca historicamente a chegada de imigrantes alemães neste país, com a chegada de dois grupos de imigrantes, um em Nova Friburgo, Rio de Janeiro, e outro em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Marginalizados e explorados em seu país¹⁵, chegam ao Brasil motivados pela esperança de uma nova vida trazida pela promessa de um “pedaço de terra”

¹² A expressão usada é uma analogia à formulação bíblica de Deuteronômio 26.5 que lembra a origem nômade e migrante dos antepassados do povo de Israel. Era a parte inicial da confissão de fé pessoal que acompanhava o momento litúrgico da apresentação dos primeiros frutos na Festa da Colheita (Culto de ações de graças), e que recordava os grandes feitos de Deus na história do povo, desde seus antepassados.

¹³ PRIEN, Hans-Jurgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes, 2001.

¹⁴ IECLB. Disponível em: <www.luteranos.com.br>. Acesso em: 16 fev. 2008.

¹⁵ Segundo Walter Altmann, os imigrantes alemães provinham em sua maioria das “camadas exploradas e marginalizadas do povo alemão”. ALTMANN, Walter. **Lutero e Libertação**. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Ática, 1994. p. 121.

parte da política do governo da época, que estimulava a imigração visando a mão-de-obra, os “braços que o Brasil estaria precisando”¹⁶, o branqueamento da população e a povoação de regiões de fronteira. Entre os anos de 1824 e 1895 chegaram ao país cerca de 100 mil pessoas, que foram assentadas principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e alguns grupos menores em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Muitas foram as dificuldades que marcaram as histórias dos imigrantes alemães que formaram as primeiras comunidades evangélico-luteranas no Brasil. A experiência de marginalização religiosa vivida por essas pessoas tornava-se visível na invisibilidade de seus locais de culto, que não poderiam ter “aspecto de igreja”, e se refletia também na vida civil e familiar.

O parágrafo quinto da Constituição do Império dizia: “A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Estado. Todas as demais religiões serão toleradas, em casas para tanto destinadas, sem qualquer forma exterior de templo”. Isso queria dizer não eram permitidos torre, cruz, sino, enfim, nada que lembrasse igreja. [...] Os matrimônios dos evangélicos não tinham validade. O registro civil inexistia. Os protestantes viviam em concubinato, pois o casamento para ser válido teria que acontecer diante do padre. Até os batismos chegaram a não ser reconhecidos. Os evangélicos, pessoas de segunda categoria, eram apenas tolerados. Tiveram dificuldades com o sepultamento de seus mortos e estavam impedidos de participar da vida política.¹⁷

Essa realidade, reforçada pelas dificuldades de educação devido à limitação de comunicação imposta pelo idioma, faz da construção de escolas uma característica dessas primeiras comunidades, presente ainda hoje na importância e na preocupação da Igreja em relação às escolas a ela ligadas¹⁸. Outra característica

¹⁶ PRIEN, 2001, p. 34.

¹⁷ IECLB. Disponível em: <www.luteranos.com.br>. Acesso em: 16 fev. 2008.

¹⁸ Atualmente existem escolas ligadas a comunidades da IECLB, muitas delas compõem a Rede Sinodal de Educação. A Rede Sinodal de Educação compõe-se atualmente de 59 instituições, em 6 estados brasileiros, com principal concentração no Sul. São 42 instituições no Rio Grande do Sul, 10 em Santa Catarina, 4 no Paraná e uma em cada um dos estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso. No País são 36.000 alunos. Maiores informações ver: <www.redesinodal.com.br>.

dessas comunidades que era fruto da realidade vivenciada por elas e ainda hoje está presente na IECLB, é a ênfase no “sacerdócio geral de todos os crentes”¹⁹.

Na época foi a necessidade, ou seja, a falta de “pastores”, que levou as comunidades a escolherem “entre os seus membros pessoas com melhor formação para exercer o magistério e o ministério pastoral”²⁰. Atualmente essa compreensão de que a igreja “reúne gente eleita para ser povo de Deus e é chamada para exercer função sacerdotal no mundo”²¹, faz parte da base confessional da IECLB expressa no guia da vida comunitária *Nossa fé, Nossa vida*:

Todos nós, como membros da Igreja de Cristo, somos sacerdócio real, representantes de Deus, encarregados por ele mesmo, de proclamar e viver a boa nova da salvação em Cristo no ambiente em que vivemos. Os membros da comunidade têm muitos dons, nem sempre conhecidos e despertados. Todos eles devem ser utilizados na busca do alvo da comunidade: ser instrumento da missão de Deus no mundo.²²

Nesses primeiros quarenta anos as comunidades crescem e começam a organizar-se elaborando estatutos e elegendo suas diretorias. Esse processo recebe um impulso a partir do ano de 1864 quando começam a chegar ao país pastores enviados pela Igreja Evangélica da Prússia, pela Sociedade Missionária de Basiléia (Suíça) e pela Sociedade Evangélica para os Alemães Protestantes na América, de Barmen (Alemanha).

De 1886 até 1912, as comunidades passaram a organizar-se regionalmente em Sínodos, que tinham por função “coordenar a caminhada comum das comunidades e estabelecer trabalhos conjuntos”²³. Essa organização foi de fundamental importância, pois através dos pastores itinerantes foi possível

¹⁹ “Vós, porém, sois raça eleita, sacerdócio real, nação santa, povo de propriedade exclusiva de Deus, a fim de proclamardes as virtudes daquele que vos chamou [...]”. Todos os textos bíblicos citados seguem a edição revista e atualizada traduzida por João Ferreira de Almeida.

²⁰ IECLB. Disponível em: <www.luteranos.com.br>. Acesso em: 16 fev. 2008.

²¹ BRAKEMEIER, Gottfried. **Por que ser cristão?**: Dez boas razões para crer em Jesus Cristo, crer na ressurreição, viver em comunidade, ler a Bíblia, amar o próximo. São Leopoldo: Sinodal, 2004. p. 51.

²² IECLB. **Nossa fé nossa vida**: guia da vida comunitária na IECLB. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 10.

²³ IECLB. Disponível em: <www.luteranos.com.br>. Acesso em: 16 fev. 2008.

acompanhar e prestar assistência espiritual aos “evangélico-luteranos”, imigrantes e migrantes, bem como a seus descendentes, como afirma Martin Dreher sobre o Sínodo Riograndense,

[...] foi de suma importância, pois agora era dado ao protestantismo do Rio Grande do Sul, a oportunidade de se apresentar como uma unidade diante das autoridades civis e assumir tarefas como o serviço de pregação itinerante, escolas e instituições da missão interna.²⁴

No decorrer deste processo histórico que marca os inícios da IECLB, os sínodos se unem em 1949 e constituem a Federação Sinodal. Pode-se dizer que essa união é fruto das dificuldades enfrentadas pelas comunidades e pelos sínodos por causa das duas grandes Guerras Mundiais. Com a prisão de pastores, proibição de cultos em língua alemã, etc, foi necessário buscar soluções para esta nova configuração, principalmente na questão da formação teológica, que era feita na Alemanha, mesmo pelos estudantes brasileiros.

1.2 Institucionalizando-se: o diálogo unindo as partes

É, então, o necessário diálogo entre os sínodos para a formulação de uma base confessional que rompesse o vínculo “igreja e germanidade”, que resulta na fundação, em 1946, da Faculdade de Teologia e, em 1949, da Federação Sinodal. É a partir dessa base confessional que a Federação Sinodal é admitida na Federação Luterana Mundial (FLM) em 1950 e, posteriormente, em 1952, no Conselho Mundial das Igrejas (CMI), no qual o atual Pastor Presidente da IECLB ocupa o cargo de moderador. E é no ano de 1962 que a Federação passa a chamar-se Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.²⁵

Muitas e significativas foram as etapas e as mudanças que fazem parte deste longo processo de formação histórica desta igreja que hoje se chama IECLB.

²⁴ DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2003. p. 17.

²⁵ PRIEN, 2001, p. 492-538.

Elas marcam o “jeito” de ser igreja hoje. Revelam avanços e também dificuldades na caminhada atual. Por exemplo, a influência que tem sobre a compreensão missionária das comunidades na atualidade o fato do trabalho pastoral ter sido pautado pela “assistência espiritual” restrita aos imigrantes e seus descendentes.

Destaca-se positivamente o fato de que, “desde as suas origens, a IECLB tem sido uma Igreja de comunidades”²⁶, com autonomia de decidir e definir a forma de conduzir e desenvolver os trabalhos comunitários, respeitadas as bases confessionais, o que favorece a diversidade dentro da IECLB, que se define enquanto igreja como “o convívio de pessoas por elas batizadas ou admitidas, diferentes umas das outras, todas elas, no entanto, chamadas para viver seu Batismo”, a partir deste, parte do povo de Deus “pela obra salvadora de seu Filho”, chamada a “participar do serviço de Cristo no mundo”, mais especificamente no Brasil²⁷. Atualmente, a IECLB está organizada em comunidades (em torno de 1800) e paróquias (composta por comunidades dentro de uma área territorial específica), presentes em quase todos os estados do território nacional que, por sua vez, estão organizadas e distribuídas em 18 sínodos, somando-se 709.000 membros em todo o país.

Dentro do contexto eclesial do qual falamos, a comunidade é menor “unidade orgânica”, ou seja, a “igreja local”, enquanto que é designado por igreja um conjunto de comunidades, isto é, a instituição que as congrega. A IECLB “é uma igreja que se estende pelo território nacional e reúne milhares de comunidades”²⁸. Essa distinção entre comunidade e igreja é usual no ambiente comunitário para

²⁶ BRAKEMEIER, Gottfried. Um novo modo de ser IECLB? Ensaio de Eclesiologia Contemporânea. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 34, n. 1, 1994. p. 47.

²⁷ IECLB, 2003, p. 5.

²⁸ BRAKEMEIER, 2004, p. 49.

diferenciar a comunidade da instituição e, embora a origem etimológica dos termos seja diferente, conforme o Novo Testamento ambos possuem o mesmo significado.

“Igreja” provém do grego *ekklesia*, que significa “assembléia”, enquanto “comunidade” é o termo latino, designando um grupo unido por algo comum. Sob tal perspectiva, viver em comunidade é viver em igreja e vice-versa. Comunidade cristã sempre possui natureza “eclesial”.²⁹

Assim, comunidade e igreja trazem dentro de si as dimensões local e universal da comunidade de Jesus Cristo. Cada comunidade possui suas especificidades culturais, contextuais e a partir dessas articulam o evangelho em seu viver diário. Ao mesmo tempo, cada comunidade local traz em seu “ser comunidade” o ser igreja de Deus no mundo, conforme afirma Brakemeier a partir do apóstolo Paulo:

Trata-se de comunidades locais. Mas todas pertencem à mesma igreja. Por isso não podem isolar-se umas das outras. Ao mesmo tempo a formulação de Paulo deixa claro que a igreja não é simplesmente a soma das comunidades. Muito pelo contrário: cada comunidade local, seja em Corinto, em Roma ou na Galácia, é reflexo e concretização peculiar da única igreja de Deus no mundo. Assim como em toda celular está contido o mapa cromossômico do corpo, assim também na comunidade: em cada uma delas, desde que fiel ao evangelho, está contida integralmente a igreja de Deus.³⁰

Essa compreensão favorece a diversidade de expressões dentro da igreja, possibilitando a vivência das diferenças culturais presentes no contexto em que se insere a comunidade, como por exemplo a convivência de cristãos de fala hebraica e grega nas primeiras comunidades cristãs. Conviver na pluralidade de diferenças pode trazer divergências e conflitos, como era evidente nas comunidades bíblicas como Corinto, mas é somente quando estas têm espaço dentro da comunidade que ela está sendo fiel ao seu fundamento evangélico. Além disso, é a diversidade que enriquece a convivência humana. Embora constantemente caímos na “tentação” de buscar a padronização e a uniformidade da igreja e das relações em sociedade.

²⁹ BRAKEMEIER, 2004, p. 49-50.

³⁰ BRAKEMEIER, 2004, p. 50.

Esse é o pano de fundo para a organização estrutural da IECLB, sendo que as comunidades formam a base da igreja, sendo o Concílio seu órgão deliberativo máximo. O mesmo se reflete na comunidade que tem na Assembléia Geral o seu órgão máximo, que, de acordo com a Seção II, art. 6º do seu Regimento Interno, é “foro de diálogo, discussão e decisão sobre os assuntos relacionados com a sua missão”³¹.

Considerando que algumas das atribuições da estrutura central da IECLB são “estabelecer os planos de ação para a atuação da Igreja no território brasileiro” e “promover o debate e a reflexão sobre os temas fundamentais de interesse da Igreja, visando fortalecer e aprofundar a comunhão entre as Comunidades”³², ela se organiza em setores, departamentos e coordenações responsáveis por determinados “campos de atuação e reflexão”. Olharemos mais de perto uma destas coordenações, que é a Coordenação de Diaconia, pois ela é responsável pelos trabalhos voltados às pessoas com deficiência na IECLB, que é o foco desta pesquisa.

1.3 A Coordenação de Diaconia: uma parte do todo-IECLB

*E eis que uma mulher cananéia,
que viera daquelas regiões, clamava [...] Ele, porém, não lhe respondeu palavra.*³³

Escolhi este trecho do Evangelho de Mateus, em analogia ao início do trabalho com pessoas com deficiências na IECLB. Não pretendo discutir questões teológicas ou exegéticas do texto, mas apenas usá-lo como provocação.

³¹ IECLB. **Regimento Interno da IECLB**. Blumenau, SC: Centro de Literatura da IECLB, 2005. p. 2.

³² IECLB, 2005, p.10.

³³ Mateus 15.22-23.

Uma mulher cananéia, sem nome, diriam alguns sem “noção do seu lugar”, se atreve a falar, não só fala, se dirige em público a um homem. Não falava educadamente, leia-se em voz baixa, mas CLAMAVA, que, segundo o dicionário Aurélio, significa “proferir em alta voz, bradar, rogar, implorar, GRITAR”. E “Ele”, Jesus, manteve a postura “certa” para época, “não lhe respondeu palavra”, ignorou. Os discípulos, desconcertados com a situação, chegaram perto dele e intercederam, não pela mulher, mas por causa da situação constrangedora: “Despede-a, pois vem clamando atrás de nós”. A resposta? “Não fui enviado senão às ovelhas perdidas da casa de Israel”. E a mulher? Desistiu? Não! “Ela, porém, veio e o adorou”. Como ignorar agora! “Então, ele, respondendo, disse: Não é bom tomar o pão dos filhos e lançá-lo aos cachorrinhos”. Em vez de responder a altura, o que seria no mínimo “justo”, isto é, com as tantas palavras que pacientemente nós, mulheres, escolheríamos do vasto vocabulário para responder a tão “delicada” comparação; ela, “contudo, replicou: Sim, Senhor, porém os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus donos. Então, lhe disse Jesus: Ó mulher, grande é a tua fé! Faça-se contigo como queres.”

Deste texto que hoje, “apocrifamente”, é conhecido como “A história da mulher que converteu Jesus”, quero destacar apenas a “insistência” de alguém, uma mulher que sai do “seu lugar” e clama, grita, insiste em ser ouvida, insiste em “ser”, argumenta, busca o que quer.

Pode-se dizer que a existência de uma Coordenadoria específica para as questões ligadas à inclusão das pessoas com deficiência dentro da IECLB é fruto da insistência do Sr. Güenther Becker³⁴, em busca de espaço dentro de sua igreja. Conforme consta no relatório do então Departamento de Diaconia, desde 1959, “ele

³⁴ O Sr. Güenther Becker é cadeirante desde nascença e tem dificuldades de se expressar verbalmente.

não deu trégua à sua Igreja e não cansou de lembrá-la, sempre de novo, que as Pessoas Portadoras de Deficiência precisam de mais espaço dentro da Igreja”³⁵.

Surgiram muitas propostas durante os anos de 1959 a 1987, mas, apesar das tentativas, nenhuma delas chegou a se concretizar. Segundo Vera Walber³⁶, a ampliação das reflexões motivadas pelo Ano Internacional da Pessoa Deficiente e o Programa de Ação Mundial propostos pela ONU desencadeiam também aqui no Brasil e, por conseqüência, também na igreja movimentos que defendiam e reivindicavam uma nova postura frente às pessoas com deficiência. Segundo a autora, essas ações promovidas pela ONU motivaram também a igreja para o trabalho com as pessoas com deficiência, que desembocou na criação, no ano 1988, do Departamento de Diaconia na IECLB; com isso a “Igreja volta-se concretamente para o trabalho na área da deficiência”³⁷.

Em julho do mesmo acontece o primeiro Encontro para o trabalho na Área da Deficiência na IECLB, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS. Deste encontro resultam: a criação do Grupo de Apoio Nacional em Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, que foi homologado pelo Conselho Diretor da Igreja em setembro de 1989; a distribuição de um número expressivo de folhetos; o envio a todas as paróquias do livreto *Adequação das Edificações e do Mobiliário Urbano à Pessoa Deficiente*³⁸; e a realização de um “censo dos deficientes físicos e mentais da

³⁵ IECLB. DEPARTAMENTO DE DIACONIA. **A pessoa portadora de deficiência e a IECLB**: relato de uma caminhada. Porto Alegre, 1993. p. 7.

³⁶ WALBER, Vera Beatriz. **As práticas de cuidado com as pessoas com deficiência na IECLB**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2004. A autora é coordenadora da Coordenação de Diaconia da IECLB, que conta com mais obreira responsável diretamente pelo setor de PPD's.

³⁷ WALBER, 2004, p. 72.

³⁸ A distribuição dos folhetos ocorreu “a toda estrutura da IECLB e também entidades não-eclesiásticas 200 mil folhetos ‘Campanha de Prevenção da Excepcionalidade’ e 80 mil folhetos ‘Atitudes frente a Pessoas Portadoras de Deficiência’”. O livreto *Adequação de Edificações e do Mobiliário Urbano* continha as normas NBR 905^o da ABNT, para a adaptação de prédios para o acesso de pessoas com deficiência. IECLB, 1993, p. 8. Os folhetos constam no anexo I.

IECLB³⁹. Segundo relatado no Jornal Evangélico em sua edição de 14 - 27.08.88, esse primeiro encontro foi marcado pelo

[...] testemunho de deficientes, relatos sobre trabalhos a eles relacionados, a constatação de que é urgente desencadear na IECLB uma campanha de prevenção da excepcionalidade, que é importante a criação de um tipo de lar para deficientes, que deve-se fomentar comunidades solidárias, tanto com o próprio excepcional quanto com as suas famílias, e promover encontros entre os próprios deficientes e entre as famílias atingidas.⁴⁰

A própria nomenclatura usada pela igreja e com certeza também fora dela é fruto de sua época, evidente neste texto, nos folhetos distribuídos e na pesquisa. Uma das perguntas era o que a pessoa entrevistada esperava da comunidade/igreja em termos de auxílio, revelando aspectos importantes de como se entendia a deficiência e o papel da igreja dentro desta questão. A pessoa com deficiência é limitada a sua “excepcionalidade” que deve ser combatida e, como é um “problema” da família, deve preferencialmente permanecer entre os que foram por ela “atingidos”. Suspeito que o termo solidariedade signifique, naquele contexto, assistencialismo, que se enquadra bem no papel da Igreja compreendido pelo viés da prática da caridade.

Ainda hoje esses dois conceitos se misturam nas práticas comunitárias. Não questiono a assistência em si, tendo em vista o contexto de miséria em que vivemos, mas sempre que solidariedade significar a “ajuda” de alguém que é mais e sabe mais, que “dá” para alguém que é menos ou sabe menos, considerado incapaz, ela pouco ou nada contribuirá para a mudança ou pelo menos questionamento da

³⁹ Essa pesquisa foi realizada entre os anos de 1990 e 1992 pelos grupos de OASE (tradicional grupo de mulheres das comunidades), através de entrevistas em forma de questionário onde constavam: os dados pessoais, tipo e origem da deficiência, escolaridade, situação laboral no caso de adultos e um espaço para que a pessoa entrevistada pudesse dizer o que esperava da comunidade em termos de auxílio. O censo resultou na devolução de 2630 fichas, sendo seus dados fundamentais para a reflexão e atuação da igreja, retratando um pouco da realidade dessas pessoas. Os resultados foram apresentados na Consulta Nacional “IECLB e Pessoas Portadoras de Deficiência” e, segundo o Relatório da Coordenação de Diaconia, “os dados são eloqüentes, duros. Mas são suscetíveis de uma ação organizada, persistente, consistente e, sobretudo, insistente. Está aí a tarefa a que devemos responder como cidadãos, sem esperar pelos outros, ou pela igreja ou pelo estado. Não pergunte o que deve fazer, isso você já sabe. Pergunte-se onde e como pode ser útil e vá até lá”. A pesquisa foi publicada posteriormente em IECLB, 1993.

⁴⁰ IECLB, 1993, p. 7-8.

situação a ser “ajudada”. É válido questionar se as práticas “solidárias” para com “os mais pequeninos” rompem ou estimulam o paternalismo e a sustentação dessas compreensões.

Outros passos importantes na trajetória do trabalho junto as pessoas com deficiência foram as cinco moções aprovadas no XVII Concílio Geral da IECLB realizado na cidade de Três de Maio/RS, em setembro de 1990. São elas:

Moção sobre “Semana Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência”: [...] recomenda a adoção de um culto num dos domingos da, ou próximo à “Semana Nacional do Excepcional” convidando as pessoas portadoras de deficiência ou de outras condições discriminadas e marginalizadas, bem como as Entidades pertinentes, para que ativamente participem, inclusive onde possível e/ou necessário, com testemunhos pessoais sobre a sua especial condição de ser [...];

Moção sobre a “Prevenção da Excepcionalidade”: adoção de programas de prevenção adequados à faixa etária no Ensino Confirmatório, no aconselhamento pastoral para noivos através da distribuição de folhetos;

Moção sobre “DESK” (Coordenadoria): instalação de uma coordenadoria que atenda as recomendações da Assembléia da FLM em Budapest, que sirva como centro de informações e consultas, traduções de artigos de igrejas irmãs, ponto de apoio para as paróquias que se interessem em desenvolver trabalhos com PPDs, conforme as diretrizes e programas estabelecidos pelo Grupo de Apoio Nacional para assuntos ligados à PPD na IECLB;

Moção sobre “Educação Especial Integrada”: que as escolas da rede de escolas da IECLB não só admitam as pessoas com deficiência, mas proporcionem todas as condições para o acompanhamento especializado e “reforço”, que permitam plena integração da PPD, inclusive a PPD mental, estas evidentemente até o seu limite de aprendizagem;

Moção sobre “Barreiras Arquitetônicas”: prevê que todas as novas construções da igreja obedeçam as leis sobre a remoção de barreiras arquitetônicas, que as demais obras sejam adequadas e que no prazo de 10 anos todas as edificações no âmbito da IECLB sejam adequadas.⁴¹

Quanto às questões colocadas nas moções destacamos: a realização de um culto na Semana Nacional da pessoa com deficiência recomendada na primeira moção tem sido seguida, mesmo que em muitas comunidades ele aconteça não com toda a comunidade no culto dominical, mas em culto específico para as pessoas com deficiência, suas famílias e “simpatizantes”. A remoção de barreiras

⁴¹ O texto das moções citado foi por mim resumido, sendo que a redação original pode ser consultada em IECLB, 1993, p. 11-12.

arquitetônicas, ainda hoje, dezoito anos depois, não é realidade em muitas comunidades da IECLB, sendo que, na maioria delas, se limitou apenas à colocação de rampas na entrada da Igreja, mesmo que a rampa desemboque numa escada.

Sobre a questão da educação colocada na quarta moção, Vera Walber constata que havia várias escolas da rede com alunos com deficiência, mas que as iniciativas de inclusão eram “iniciativas individuais de alguns professores e não um projeto da escola” e que a “grande maioria das escolas (ou dos professores) afirmava ter interesse em realizar atividades de formação na área da inclusão”. Assim a Coordenação de Diaconia procurou impulsionar, através de seminários sobre o tema Inclusão, a reflexão sobre o assunto nas escolas da Rede. Chama a atenção no relato de Vera⁴² que motivação para a busca de formação era individual e que esses profissionais acabavam se “tornando os responsáveis pela inclusão na escola”.⁴³

O desejo de criação de uma Coordenadoria expresso na terceira moção é concretizado em julho de 1992, com criação da Coordenação de Diaconia – PPD, setor “para atuar em favor da inclusão e da defesa dos direitos das pessoas com deficiência”, assumindo assim muitas das funções atribuídas ao Grupo de Apoio Nacional. São objetivos da Coordenação:

Informar as comunidades, grupos e setores de trabalho da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil sobre as questões que envolvem a deficiência;

Conscientizar para a realidade em que vivem as pessoas que possuem uma deficiência em nosso País;

Apoiar as iniciativas ligadas ao trabalho na área;

⁴² WALBER, 2004, p. 82-84.

⁴³ Não há espaço e nem é o objetivo desta pesquisa aprofundar a questão da inclusão escolar na Rede Sinodal de Educação. Sobre esse assunto ver SCHMITT, Marga Inês. **Inclusão escolar na educação básica**: a trajetória de uma escola da Rede Sinodal de Educação da IECLB. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: IEPG, 2006. Informações podem ser encontradas no site da rede <www.redesinodal.com.br>.

Trabalhar pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade em geral e na comunidade eclesial.

Tendo por prioridades:

Estimular trabalhos de prevenção de novas deficiências levando em conta os grupos existentes (cursos de noivos, ensino confirmatório, grupos de jovens, etc.) e elaboração de material relacionado ao tema,

Incentivar a criação de grupos de pessoas com deficiência nas comunidades onde eles se tornem os agentes do grupo,

Motivar o surgimento de lideranças e capacitá-las para assessorar encontros paroquiais e/ou sinodais.⁴⁴

Através desta coordenação a IECLB tem intensificado suas ações junto às pessoas com deficiência, construindo “uma caminhada séria, concreta e estruturada em direção ao compromisso de ser uma igreja inclusiva”⁴⁵. A realização de cursos, seminários e encontros sobre o tema da inclusão tem contribuído e desencadeado passos importantes na caminhada e reflexão comunitária percebendo-se, segundo Vera Walber, maior “conscientização das pessoas da comunidade.” Conforme suas palavras, ao ser perguntada sobre os resultados desse trabalho e crescimentos percebidos nas comunidades da IECLB, em entrevista concedida a Marga Schmitt em sua pesquisa sobre o tema:

As comunidades e paróquias iniciaram processos individuais com seus membros portadores de deficiências e seus familiares, a partir dos subsídios fornecidos nos inúmeros encontros programados em diferentes regiões, visando a preparar os participantes das igrejas, no acolhimento e convívio com as pessoas portadoras de deficiência, em atividades eclesiais previstas. Apesar dos primeiros levantamentos e ações terem ocorrido na década de 90, as modificações são sensíveis.⁴⁶

Muitos avanços são percebidos na trajetória da igreja diante do tema da inclusão, fruto dos trabalhos desenvolvidos por ela através da Coordenação de Diaconia. Mas ainda são poucas as mudanças percebidas nas práticas comunitárias. Muitas vezes falamos sobre a “paciência histórica” necessária para perceber mudanças, mas me questiono se essa tal “paciência” não tem, muitas vezes e em

⁴⁴ Disponível em: <www.luteranos.com.br/diaconia>. Acesso em: 24 mar. 2008.

⁴⁵ Entrevista com a Pessoa 3.

⁴⁶ SCHMITT, 2007, p. 164.

muitos assuntos, “maquiado” a efetividade de nossas ações. Existem muitas experiências concretas de inclusão acontecendo no âmbito eclesial, mas ainda localizadas em alguns poucos contextos (comunidades ou sínodos) ou limitadas apenas à existência de grupos de apoio a pessoas com deficiência como por exemplo no Sínodo Nordeste Gaúcho. Inquieta-me o significado de uma rampa desembocar numa escada e como pastora me inquieta ainda mais ouvir: “Bem, não consigo dizer que ela é ativa nesta área. Não enxergo a Igreja como um todo preocupada com esta questão.”⁴⁷

É pertinente perguntar se nossas práticas e até mesmo a estrutura de organização do trabalho na comunidade, sínodo ou igreja, onde assuntos de inclusão são assunto de uma coordenação específica, de grupos específicos, de pessoas específicas e, na maioria dos casos, com alguma ligação “pessoal” com a questão da deficiência. Será que isso não reforça a idéia de que a inclusão não é assunto de todos, mas apenas dos “envolvidos”? É pertinente perguntar por que a importante mudança no foco (do assistencialismo à inclusão), das reflexões, dos projetos e das práticas dentro da trajetória da Coordenação de Diaconia, é pouco percebida nas comunidades, como afirma Vera Walber em sua pesquisa:

Percebe-se através da análise das práticas de cuidado com as pessoas com deficiência, que há uma distância entre o discurso da Igreja e as práticas encontradas nos diferentes grupos e comunidades e é a partir desta análise que as contradições se tornam evidentes⁴⁸.

Diante disso, pergunta-se: O que dizemos, em nossos discursos e práticas, sobre as pessoas com deficiência? Qual compreensão de inclusão? Cabe ressaltar que muitas vezes falamos com nossos “silêncios”, com aquilo que não “dizemos”. O que as pessoas das comunidades entendem por inclusão? Percebemos, através das entrevistas, que, ao se posicionar sobre o tema inclusão, as pessoas expressam

⁴⁷ Pessoa 3.

⁴⁸ WALBER, 2004, p. 89-90.

também as suas compreensões sobre como a igreja/comunidade “é” e como deveria “ser”, isto é, a “comunidade realmente existente” e a “comunidade imaginada”⁴⁹.

Evidenciou-se, em muitas falas, a compreensão da deficiência ligada ao “castigo”. Essa compreensão é tanto percebida no entendimento das pessoas da comunidade sobre a deficiência, como das próprias pessoas com deficiências ou seus familiares, sendo que a fonte, apontada pelas pessoas entrevistadas, que sustenta essa compreensão algumas vezes é a Bíblia e/ou a Igreja: “A igreja antigamente com a intenção de manipular os seus fiéis subentendia que, se não fossemos fiéis aos ensinamentos da Igreja, seríamos punidos por Deus.”⁵⁰

Sendo a Bíblia fruto do testemunho humano de sua relação com Deus e, por conseqüência, reflexo do contexto cultural no qual estavam inseridos esses testemunhos⁵¹, é importante olhar essa longa trajetória de construção histórica das compreensões “bíblicas” sobre as pessoas com deficiência. É o que buscamos no próximo capítulo.

⁴⁹ BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade:** a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. As expressões “comunidade existente e imaginada” trabalhadas pelo autor perpassam toda a obra.

⁵⁰ Pessoa 3.

⁵¹ WEBER, Hans-Ruedi. **Bíblia:** o livro que me lê: manual para estudos bíblicos. São Leopoldo: Sinodal: CEBI, 1998. p. 9.

2 DAS CAVERNAS À MANJEDOURA: OLHANDO A DEFICIÊNCIA NA HISTÓRIA E NA BÍBLIA

Ao falar sobre inclusão de pessoas com deficiência na comunidade muitas coisas diferentes são ditas, seja pelos membros das comunidades, pelos obreiros ou pela instituição. A partir de diferentes pessoas e dos diferentes lugares que elas ocupam dentro organização comunitário-eclesial, as diferentes falas se encontraram várias vezes no mesmo lugar: o da compreensão da deficiência como “castigo” ou “conseqüência” de algo “errado”. Essas afirmações, reforçadas em *off* (no dia da entrevista, mas enquanto o gravador não estava ligado) por algumas das pessoas entrevistadas, evidenciam o quanto é “presente” nas comunidades essa ligação e o quanto essa ligação é atribuída à Bíblia ou à pregação da Igreja e/ou baseado no senso comum sobre as duas.

[...] eu acho que nós trazemos ainda muitas questões culturais, que é assim, a pessoa com deficiência [...] ela tem que ficar quietinha lá, porque isso talvez tenha sido um castigo, ou talvez tenha sido um castigo ao pai e à mãe [...] eu vejo assim que ainda tem assim uma coisa de falta de entendimento e que às vezes a gente (enquanto igreja) não fala francamente sobre isso.⁵²

Manter o foco na deficiência não é um caminho desejável dentro da temática, mas, tendo como pano de fundo o acima exposto, considero necessário

⁵² Pessoa 1.

aceitar o desafio de “falar francamente sobre isso”, olhando como pessoas foram vistas e compreendidas “deficientes” na trajetória das cavernas à manjedoura.

No caminho humano das cavernas até a manjedoura percebemos que o ser humano sempre buscou justificar, a partir de compreensões mágicas, místicas ou religiosas, aquilo que não conseguia entender ou explicar dentro da lógica de mundo. Nessas explicações dadas em tempos históricos diferentes, a deficiência foi e em algumas culturas ainda hoje é vista positivamente, mas na maioria foi relacionada com pecado, castigo e maus espíritos.

Essas compreensões determinavam a relação e o lugar das pessoas com deficiência na organização social. Sendo esse lugar, quase sempre, o lugar de “fora”, da “margem”. Na manjedoura inicia um novo capítulo da história de um povo, que, em seus códigos de leis e costumes, institucionalizou a justificativa religiosa da discriminação e a exclusão das pessoas com deficiência. A criança na manjedoura cresce e rompe com as leis de sua época, iniciando uma nova história, narrada a partir do Evangelho do Reino de Deus, invertendo a lógica social, quebrando as regras religiosas e mudando os lugares pré-estabelecidos. Buscaremos neste capítulo não explicar histórica ou teologicamente as deficiências, mas olhar como foram entendidas a partir da trajetória das pessoas que por elas foram definidas.

2.1 Um passeio pelo tempo - aspectos históricos da deficiência

A realidade humana é marcada histórica e culturalmente. Sendo assim, a compreensão que utilizamos atualmente e que define o que é deficiência e a maneira de relacionar-se com ela, é fruto de nosso tempo histórico e foi no decorrer dos séculos, nomeada e entendida de formas diferentes. Conhecer essa trajetória

pode nos auxiliar a entender conceitos, atitudes e preocupações relacionados às deficiências que estão presentes em discursos e práticas atuais.

2.1.1 Mundo primitivo – primitiva sobrevivência

Muitos eram os perigos e desafios de um ambiente hostil, onde a sobrevivência dependia da força do grupo, seja para defender-se de outros grupos ou de animais, seja para alimentação através da caça. É difícil imaginar quais as reais condições de sobrevivência das pessoas nestes períodos da história, principalmente dos membros mais fracos destes grupos, como idosos, crianças e pessoas com deficiência.

Desde cedo, o ser humano conviveu com doenças e acidentes e precisou buscar caminhos, precisou tomar providências. Desenhos em cavernas e estudo de ossos antigos mostram a presença de patologias incapacitantes: amputações, cegueira e limitações de visão, defeitos de nascimentos ou malformações, surdez ou reduções graves de audição, paralisia cerebral de intensidades diversas, paraplegia, tetraplegia, entre outras, que, pela falta de recursos e limitações das populações primitivas, se tornavam algumas vezes fatais.⁵³

Em cada período da história as experiências vividas pelos diferentes grupos e sua capacidade de observação foram possibilitando perceber e descobrir algumas práticas e tratamentos para os males enfrentados. Segundo Otto Marques Silva:

Os primeiros auxílios prestados pelos homens primitivos foram relacionados a lesões do tipo traumático, como as feridas, os dilaceramentos causados por pedras, espinhos, flechas, lanças, garras ou presas de animais caçados, todas elas provocadoras de perda de sangue ou de fraturas. As circunstâncias da ocorrência desses fatos ou acidentes certamente levaram os companheiros ou a própria vítima a buscar na natureza que os cercava os remédios necessários. A compreensão normalmente feita pelas mãos e as proteções por ataduras primitivas estavam incluídas nessas providências iniciais. [...] durante um ataque ou operação de defesa [...] o homem atingido por uma flechada, por uma pancada mais forte ou por garras afiadas, era socorrido – como não poderia deixar de ser – pelos

⁵³ GAIO, Roberta. **Diálogo com a história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 146.

companheiros, que o abrigavam ou cuidavam dos ferimentos por meios rudimentares e naturais, e o levavam de volta ao núcleo de habitação, onde recursos maiores deveriam existir. Em alguns casos o indivíduo gravemente ferido não falecia, mas podia ficar vitimado por uma seqüela qualquer e se tornava limitado para a atividade principal da qual originalmente participara; a caça ou a guerra.⁵⁴

O autor afirma, a partir de relatos de antropólogos e historiadores da medicina, que nas sociedades primitivas havia dois tipos de atitudes para com as pessoas mais fracas, doentes, idosas ou com deficiência: “uma atitude de aceitação, tolerância, apoio e assimilação e uma outra de eliminação, menosprezo ou destruição”.⁵⁵

Ambas as atitudes aconteciam de maneiras diferentes e variavam de acordo com cada povo ou raça. Estavam ligadas à luta pela sobrevivência (a necessidade de garantir a alimentação, a mudança para outras regiões) ou relacionadas com a magia que em alguns povos “levava ao recebimento de honrarias e à obtenção de um papel relevante”. Mas, já neste período da história, a deficiência foi muitas vezes vinculada com a presença de espíritos malignos ou castigos das divindades.

Apesar dos estudos apontarem que alguns povos como os Aona, Azande, Ashanti, Dahomey, Macri, Pés Negros, Ponapé, etc, adotavam tratamentos de apoio, respeito e auxílio ou pelo menos de “não morte”, a maioria utilizava e alguns ainda hoje utilizam o “extermínio como solução para o problema de crianças e adultos com deficiências físicas ou mentais”.⁵⁶

Segundo a pesquisa de Otto Marques Silva⁵⁷, na tribo dos Ajores recém-nascidos e não desejados eram enterrados junto com a placenta ao nascer. Os índios Dene abandonavam os incapacitados nas planícies geladas. Entre os Navajos, a criança que nascesse com deficiência física era asfixiada ou afogada,

⁵⁴ SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada**. São Paulo: CEDAS, 1986. p. 37-38.

⁵⁵ SILVA, 1986, p. 39.

⁵⁶ SILVA, 1986, p. 43.

⁵⁷ SILVA, 1986, p. 40-48.

abandonada ou queimada. Na maioria destes casos, a motivação do extermínio está ligada ao medo proveniente do desconhecimento das causas da deficiência ou ao medo dos males que poderiam ser trazidos a todos pelos espíritos que habitavam no corpo deficiente.

Também podemos perceber que as atitudes em relação às pessoas com deficiência eram diferentes não apenas por pertencerem a povos diferentes, mas também em função do tipo de deficiência que apresentavam. Neste sentido, “os indivíduos epiléticos e psicóticos, por exemplo, eram considerados portadores de possessões demoníacas. Já os cegos eram muitas vezes tidos como profetas e videntes”.⁵⁸

Diferenças no relacionar-se com as pessoas com deficiência em função do tipo e grau de deficiência apresentada podem ser percebidas principalmente hoje, mas não vinculadas aos mesmos motivos. As deficiências mais moderadas e de “melhor aparência” causam menos estranhamento, chocam menos e conseqüentemente são mais facilmente toleradas. Quanto menor e menos evidente a diferença, menor ou melhor a reação. Isto porque

[...] a diferença altera a serenidade ou a tranqüilidade dos demais, nada há de tão perturbador como aquilo que a cada um lembra seus próprios defeitos, suas próprias limitações, suas próprias mortes; é por isso que as crianças e os jovens perturbam os adultos; as mulheres, os homens; os fracos, os fortes; os pobres, os ricos; os deficientes, os eficientes; os loucos, os cordatos; os estranhos, os nativos [...] e, talvez, vice-versa.⁵⁹

2.1.2 Do primitivo às culturas antigas

O tempo vai passando e com ele “o primitivo” vai construindo, criando e descobrindo facilidades que contribuem para a sobrevivência dos grupos humanos. Eram evidentes as vantagens trazidas pela descoberta e pelo controle do fogo, pelas

⁵⁸ FERREIRA, Maria Elisa Caputo, GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 65.

⁵⁹ FERRÉ, Núria Pérez de Lara. **Identidade, diferença e diversidade**: manter viva a pergunta. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 198.

armas de longo alcance, pela roda, pelas armadilhas que facilitavam a caça, pela maior proteção do corpo através das roupas, pela magnífica invenção do cesto para transporte e armazenagem, pelas cerâmicas, entre outros. Descobertas e melhorias que antes permaneciam no conhecimento e domínio de pequenos grupos, com o crescimento destes eram aprimorados, potencializando suas organizações.

Assim em grupos das regiões da Mesopotâmia, no Egito e vale do rio Indo, além do desenvolvimento ligado à sobrevivência (alimentação, abrigo e defesa), desenvolviam-se também as artes, os ofícios e os primeiros passos da ciência. Outro marco no desenvolvimento e progresso destes povos foi o surgimento dos códigos de comunicação e transmissão de informações, que por meio da escrita registravam e revelavam o mundo à sua volta.⁶⁰

Um mundo que se vai definindo em classes sociais, que determinavam o valor de cada ser humano e o acesso deste aos benefícios gerados pelo “progresso”. A fertilidade do solo na região do Egito e da Mesopotâmia e o emprego da criatividade para canalizar e potencializar esses recursos naturais transformam aquela região em um ponto forte de troca (comércio). A conseqüente troca de informações que ocorria por esse fluxo de pessoas, possibilitou a aquisição de conhecimentos que, por sua vez, geravam novas idéias e invenções, beneficiando ainda mais essas culturas. Segundo Silva:

Dentre os grupos de homens mais evoluídos e dominadores de maior volume de conhecimentos da Eras Pré-Históricas, os que formaram as incipientes civilizações do Egito e da Mesopotâmia são muito mais antigos do que quaisquer outros de que tenhamos notícia, talvez 5.000 anos que antecederam a Era Cristã. Os primeiros indícios da cultura grega surgiram muito depois, talvez pelo ano 2.000 a.C.. A cultura romana por sua vez apenas floresceu a partir do século VIII a.C..⁶¹

⁶⁰ SILVA, 1986, p. 51.

⁶¹ SILVA, 1986, p. 52.

Cada nova descoberta arqueológica e pesquisas realizadas nos revelam um pouco mais da rica história destas civilizações⁶² que nos antecederam no tempo e que fazem parte da nossa construção cultural. Daí a importância de buscarmos conhecer o “olhar” destas culturas sobre a deficiência, que em muitos aspectos não se distancia do nosso olhar.

2.1.2.1 Os egípcios

Como já foi citada anteriormente, a civilização egípcia é uma das mais antigas da história da humanidade. Seu desenvolvimento está estreitamente ligado às conhecidas condições favoráveis da sua localização geográfica, o vale do rio Nilo.

Era organizada socialmente por hierarquias, sendo que o faraó ficava bem acima do restante da humanidade, pois era considerado deus entre os diversos deuses. A divindade e a intocabilidade do faraó eram defendidas pelos sacerdotes, que por esse motivo eram a classe social mais poderosa. Em seguida, vinha a classe dos guerreiros, que, em troca dos privilégios decorrentes e de desfrutar de umas das melhores posições sociais, sustentavam essa organização.

A pirâmide social egípcia continuava com os escribas, que eram médios e pequenos servidores. Depois vinham os artífices e camponeses, que desenvolviam atividades ligadas à produção de bens. Por fim, os escravos, que faziam os serviços mais pesados “para evitar o desgaste rápido dos bois”, a construção (de diques, palácios, templos, pirâmides) e também bombear água para os canais de irrigação.

Havia também os mercadores, que realizavam as trocas da produção por mercadorias com outras nações. Além, é claro, das muitas atividades artesanais como a fabricação de tecidos (especialmente o linho), sandálias de papiro,

⁶² Será apresentada brevemente a história das culturas egípcias, gregas e romanas, sendo que a cultura do povo hebreu, que pertence a esta seqüência de tempo-histórico, será abordada adiante.

cerâmicas, jóias, entre outras, sendo, porém, a de maior destaque a produção de rolos de papiros.⁶³

E é pelos registros em papiros que podemos encontrar muitas referências à “arte médica” egípcia, sendo os mais famosos e importantes o Papiro de Ebers, o de Edwin Smith e o de Brugsch. As informações contidas nestes papiros atestam a existência de males incapacitantes e de doenças, demonstram a busca de cura para eles, evidentes nos registros de tratamentos encontrados.

Embora as orientações sobre a saúde pública e privada da medicina egípcia garantiram ambientes mais limpos e saudáveis nas cidades, não impediram que doenças castigassem o povo. Como foi o caso de uma infecção dos olhos que levava à cegueira: “O Egito chegou a ser conhecido por muito tempo como a ‘Terra dos Cegos’, tal foi a extensão e a gravidade desse problema”.⁶⁴ É válido lembrar que, assim como hoje, no Egito Antigo, o atendimento médico não era acessível a todas as camadas sociais.

Além das informações contidas nos papiros, há também inúmeros dados sobre deficiências físicas, descobertos a partir de exames feitos em múmias e esqueletos. Destacam-se as lesões mais limitadoras, que causam temporária ou permanente limitação nas atividades. São elas: artrite crônica, espondilite deformante, Mal de Pott, pé varo eqüino, hidrocefalia, gota, osteosarcoma, fratura, amputação.⁶⁵

Encontramos retratadas em obras de arte algumas pessoas com deficiência, o que nos mostra que foi possível para alguns viver uma vida normal, inclusive constituindo família. Mesmo assim, apesar de alguns avanços na medicina,

⁶³ SILVA, 1986, p. 54-55.

⁶⁴ SILVA, 1986, p. 58.

⁶⁵ SILVA, 1986, p. 56-68.

predominava nesta civilização a visão da deficiência como conseqüência de maus espíritos.⁶⁶

2.1.2.2 Os gregos

A cultura grega conhecida pelos muitos deuses que compunham o Olimpo, também representa entre eles a deficiência. Os Deuses da Fortuna, do Amor e da Justiça são apresentados como pessoas cegas, sendo que a imagem da Justiça, simbolizada por uma jovem cega, é ainda hoje muito utilizada. Dentre as figuras míticas com deficiência: Édipo, Licurgo, Fineu e Tirésias eram cegos, Filomena, as ninfas Eco e Lara eram mudas; Hefesto se destaca pela sua interessante história. Hefesto era o fogo, das artes manuais, da metalurgia e das indústrias, filho de Zeus e de Hera, possuía deficiências múltiplas, era reconhecido pela sua arte e conquistou “o respeito dos deuses pelo seu trabalho e suas obras”.⁶⁷

Dentre as causas de deficiências na Grécia Antiga são consideradas como principais os ferimentos de guerra, a mutilação por pena ou castigo imposta aos prisioneiros de guerra e criminosos e as doenças congênitas ou acidentes muito freqüentes na indústria e construção civil grega, devido à falta de proteção e segurança.

Havia na cultura grega leis e determinações que amparavam as pessoas consideradas incapacitadas para garantir seu sustento, dentre elas as pessoas com deficiência, principalmente soldados e suas famílias. Muitos destes benefícios (fornecimento de alimentos) surgiram para casos específicos que acabaram sendo estendidos a outras pessoas. Na época em que Aristóteles (384 a 322 a.C.) chama

⁶⁶ MÜLLER, Iára. **Aconselhamento com pessoas portadoras de deficiência**. São Leopoldo: Sinodal, 1999. p. 19.

⁶⁷ SILVA, 1986, p. 91-95.

atenção do Estado para examinar o problema das pessoas com deficiência, o número de pessoas beneficiadas correspondia a 20% da população de Atenas.⁶⁸

A medicina era um destaque da cultura grega, seus médicos eram famosos e por isso muito solicitados por reis e nobres de países vizinhos. Destacam-se Asclépios (transformado no próprio deus da medicina), Demócedes de Crotona, Eródicos, Hipócrates e Cláudio Galeano, que se dedicaram ao estudo de questões ligadas a deficiências.

Dentre esses destacam-se os estudos realizados por Hipócrates, que buscou superar a superstição e o misticismo, ligados às doenças e deficiências. Nos seus estudos observam-se, além de descrições e análises das deficiências, relatos de medidas preventivas de deficiências em crianças.

E também os estudos de Cláudio Galeano, que trabalhou como médico de arena dos circos romanos e de legiões, ganhando muita experiência no seu campo de estudo a fisiologia. Com essas experiências foi promovido a médico imperial e professor de medicina e seus estudos foram usados em diversas escolas de medicina até o século XVII.

Escreveu sobre várias paralisias, tendo estudado a fisiologia patológica de maneira mais científica do que a anteriormente conhecida. Sempre muito envolvido no atendimento a casos de ortopedia, como é fácil de imaginar pela sua vida juntos aos circos romanos e a legiões diversas; foi o primeiro a utilizar certos termos médicos identificadores de males e que são até hoje empregados, tais como: 'kyphosis', 'lordosis', 'skoliosis', dentre vários outros.⁶⁹

Devido ao seu significado para as pessoas com deficiência no mundo grego, cabe destacar ainda a Asclepéia de Epidauros. Asclépios ou Esculápio para os romanos era considerado o deus da medicina e da cura. Existiam muitos templos e santuários, em diversas cidades, como o de Pérgamo, Tricca e Cós, sendo o mais

⁶⁸ SILVA, 1986, p. 98-100.

⁶⁹ SILVA, 1986, p. 103.

famoso em Epidauros. Nestes locais havia uma confluência muito grande de pessoas que esperavam receber a cura através das “visitas divinas de Esculápio”.⁷⁰

O santuário era tido como última possibilidade às pessoas que não tinham a quem recorrer ou para aqueles que eram considerados como casos sem perspectiva de cura pelos médicos. Seus males variavam quanto ao tipo e à gravidade.

Ali surgiam continuamente pessoas com artrite, cegos, surdos, mudos, deficientes mentais, vítimas de paralisias, reumáticos, casos de doenças degenerativas, vítimas de picadas de aranha ou cobra, casos de gestação difícil, vítimas de acidentes com seqüelas graves e muitos outros.⁷¹

Para aproximar-se do deus da cura era necessário passar por um cerimonial, dirigido pelos sacerdotes-médicos, que detinham os conhecimentos do passado que foram transmitidos muitas vezes de pai para filho. Eles “tratavam os casos não apenas com atenção e carinho de um sacerdote ou autoridade religiosa, mas com avançados conhecimentos de medicina.”⁷²

Esse processo de preparação pelo qual passavam todas as pessoas que ali chegavam buscando cura para os seus males, possibilitava aos médicos-sacerdotes conhecer todos os casos e iniciar o tratamento sob a desculpa de se tratar de “regras do culto.” O tratamento acontecia cercado de mistério, misturando práticas medicinais e ritos religiosos:

[...] através de ritos purificadores, incluindo nele os banhos medicinais⁷³, jejuns, dietas especiais, sacrifícios ao deus, donativos ao complexo sagrado e outros tipos de intervenção que procuravam ligar intimamente aos ritos de aproximação ao ‘abaton’, caso o devoto tivesse condições de cura, possibilidades eventuais de volta ou necessidade de orientações para cura mais demorada. Após esses trabalhos iniciais e caso o devoto cumprisse todos os requisitos iniciais, ele era aceito para passar uma noite no ‘abaton’, dormindo sobre uma pele de animal sacrificado ao deus ou sobre um catre, em ambiente intencionalmente misterioso.⁷⁴

⁷⁰ STRINGHINI, Pedro Luiz. A Cura na Bíblia. **Revista de cultura teológica**. São Paulo: Loyola, 1997. p. 120.

⁷¹ SILVA, 1986, p. 115.

⁷² SILVA, 1986, p. 114.

⁷³ Esses templos, em sua maioria, “localizavam-se em pontos de alta salubridade devido ao ar muito puro, às águas termais e algumas outras condições que hoje caracterizam em geral as “estações hidrominerais”. SILVA, 1986, p. 113.

⁷⁴ SILVA, 1986, p. 115.

Após o tratamento a pessoa era preparada por métodos hipnóticos ou consumo de alimentos ou poções soníferas para passar uma noite dormindo no “abatón”, chamada de “noite de incubação”. Os sonhos e visões que aconteciam eram anotados e interpretados pelos sacerdotes, pois eram entendidos como mensagens diretas do deus Asclépios. Apesar deste forte aspecto religioso, não se descuidava em nenhum momento da continuidade das medicações recomendadas a cada devoto na sua chegada ao santuário.

Cabe destacar ainda que, além do cuidado e da ajuda dispensados pelos sacerdotes e auxiliares a todos os doentes e pessoas com deficiência que chegavam ao santuário, havia rampas que facilitavam o seu deslocamento dentro das instalações.

São relatados muitos casos de cura ocorridos em Epidauros, registrados em pedras votivas, placas de agradecimento, pergaminhos ou colunas votivas que fazem parte do acervo de vários museus, inclusive do acervo histórico de Epidauros. As curas são atribuídas às medicações corretas e bem dosadas, às intervenções cirúrgicas, banhos especiais, massagens e “fisioterapia”, mas também à força da “fé em seu poder de cura”.⁷⁵

Mas essa realidade de cuidado, tratamento, proteção e amparo, garantidos inclusive por algumas leis, que era desfrutada pelas pessoas doentes ou com deficiência, não se refletia no nascimento de uma criança com deficiência. Os sacrifícios de crianças com deficiência aconteciam freqüentemente nos povos da antigüidade que buscavam um ideal de corpos bem formados, fortes e perfeitos.

Os sacrifícios eram justificados pelas dificuldades que alguém com deficiência teria em sobreviver, ou até mesmo no peso que seria para o grupo social.

⁷⁵ SILVA, 1986, p. 118-121.

Por exemplo, em Esparta⁷⁶, o bebê ao nascer era levado a uma comissão oficial de anciãos que tinham autoridade para avaliar a criança e decidir seu destino:

[...] se fosse um bebê normal e forte ('se o achavam belo, bem formado de membros e robustos') ele era devolvido ao pai que passava a ter a incumbência de criá-lo. [...] No entanto, 'se lhes parecia feia, disforme e franzina', como refere Plutarco, esses mesmos anciãos, em nome do Estado e da linhagem de famílias que representavam, ficavam com a criança. Tomavam-na logo a seguir e a levavam a um local chamado 'Apothetai', que significa 'depósitos'. Tratava-se de um abismo situado na cadeia de montanhas Taygetos, perto de Esparta, para lá a criança ser lançada e encontrar sua morte, 'pois tinham a opinião de que não era bom nem para a criança nem para a república que ela vivesse, visto como desde o nascimento não se mostrava bem constituída para ser forte, sã e rija durante toda a vida'.⁷⁷

Jogadas em abismos ou abandonadas em cavernas e florestas, a forma dos sacrifícios e quem eram os responsáveis pela sua execução (poderia ser uma comissão ou o próprio pai) variavam de lugar para lugar. Mas aconteciam e eram tidos como "normais", sendo uma prática constante em muitos séculos na história da humanidade.

2.1.2.3 Os romanos

É evidente, na história da humanidade, o legado deixado pela cultura romana nos diferentes âmbitos da vida. No entanto, as pessoas com deficiência nem mesmo tinham espaço para viver, numa sociedade onde a vitalidade e a forma humana determinavam os direitos do sujeito, inclusive o direito à vida.

As leis garantiam aos romanos o direito de viver quando a criança não apresentasse nenhuma deficiência ao nascer. Do contrário, competia ao pai executar a criança⁷⁸, livrando a sociedade romana dos que viriam a ser "inúteis".

⁷⁶ Os espartanos valorizavam o desenvolvimento e o preparo do corpo visando à guerra e a defesa da cidade. "Para tanto o corpo devia ser forte, robusto e vigoroso, e os que se distanciavam dessas regras básicas eram considerados inúteis à pátria. [...] A sociedade não pensava no ser humano enquanto um cidadão possuidor de direitos e, sim, de deveres, e um dos deveres era ser um corpo perfeito." GAIO, 2004. p. 149.

⁷⁷ SILVA, 1986, p. 122.

⁷⁸ "Lei III – o pai imediatamente matará o filho monstruoso e contrário à forma do gênero humano". SILVA, 1986, p. 128.

Não se sente ira contra um membro gangrenado que se manda amputar; não o cortamos por ressentimento, pois, trata-se de um rigor salutar. Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos, afogamo-los; não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis.⁷⁹

Mesmo sendo determinada por lei, a morte de crianças doentes e com deficiência não foi praticada por todos os pais. Ao invés de matá-las, muitos abandonavam-nas em cestos no rio Tigre e eram salvas e criadas por pessoas que viviam de esmolas (mendigos profissionais), para mais tarde usá-las como meio de exploração na obtenção de esmolas (também muitas crianças eram roubadas e depois mutiladas).⁸⁰ Pessoas com deficiências também eram vendidas para serviços simples ou humilhantes, para atividades nos circos romanos e prostituição, entre outros. Chegou a existir em Roma um “mercado especial” para compra e venda de pessoas com anomalias.

Podemos verificar, na história do povo romano, vários relatos de pessoas com deficiência que se destacaram na vida pública apesar de suas deficiências. Vejamos alguns exemplos:⁸¹ Horácio Cocles (cocles significa cego de um olho) tornou-se um herói ao conseguir impedir a invasão de Roma pela ponte Sublício, mesmo após ter sido gravemente ferido numa das coxas e ter sido perfurado um dos seus olhos.

Ápio Cláudio era cego, sendo considerado um dos mais célebres censores de Roma, responsável por obras famosas, dentre elas o aqueduto Aqua Appia, que conduzia por meio de canais subterrâneos até Roma, medindo 15 quilômetros de comprimento.

⁷⁹ SILVA, 1986, p. 129.

⁸⁰ WEBER, Hans-Ruedi, **Jesus e as crianças**: subsídios bíblicos para estudo e pregação. São Leopoldo: Sinodal, 1986. p. 10-13. Sobre como as crianças eram vistas nas culturas grega e romana, a partir do enfoque da educação, ver p. 5-75.

⁸¹ SILVA, 1986, p. 131-140.

Muitos historiadores afirmam que o famoso imperador romano, Caio Júlio César, sofria do chamado “mal divino”, isto é, epilepsia. Destacam-se, ainda, o imperador Cláudio I, que era gago, sofria de epilepsia, paralisia, além de outras doenças; também o imperador Galba que sofria com diversas deficiências; o imperador Othon, que nasceu com malformações, entre outros.

Sabe-se, também, que durante muito tempo foram praticadas automutilações para conseguir a dispensa do serviço militar obrigatório. Essa prática tornou-se tão freqüente que muitos imperadores romanos foram obrigados a estabelecer leis e punições rígidas para evitar as mutilações. Mas essas leis não foram suficientes levando o imperador Valentiniano (321 a 375 d.C.) a aprovar uma determinação que punia as mutilações com a morte: “aquele que amputasse os próprios dedos para não servir nas legiões imperiais seria ‘queimado vivo’ e seu ‘senhor’ (pai ou responsável) que não o impedira de tal ato, sofreria uma grave condenação.”⁸²

Roma se destaca também pela sua preocupação com a saúde pública concretizada em obras como a da Cloaca Máxima (rede de esgoto e água), instalação de latrinas públicas (havia 150 na época de Constantino), as famosas adutoras, que, por fornecer água potável e de boa qualidade foram fundamentais na luta contra epidemias. A disponibilidade de água em grande quantidade (a cidade recebia cerca de um bilhão de litros diários) possibilitou a construção dos banhos públicos. Em Roma existiam na época de Constantino aproximadamente 850 banhos públicos.⁸³

Todos os avanços, transformações e progressos vivenciados pelo povo romano em seus muitos séculos de história não modificou suas compreensões e

⁸² SILVA, 1986, p. 140.

⁸³ SILVA, 1986, p. 147-148.

relações com as pessoas com deficiência. É apenas no período histórico próximo ao nascimento de Cristo, com Cícero e Sêneca (este contemporâneo a Cristo), que podemos ver na cultura romana falas sobre as pessoas com deficiência ressaltando a possibilidade de existirem nelas virtudes ou valores, inclusive espirituais.

O tímido início deste “novo olhar” sobre a deficiência podemos ver nos exemplos relatados por Silva sobre Ápio citado por Cícero: “O velho Ápio, apesar de cego depois de longo tempo, exercia a mais elevada magistratura...”; e sobre Clarano, comentado por Sêneca:

Se eu considerar nosso amigo Clarano, ele me parece belo e tão reto de corpo quanto de espírito. Um grande homem pode sair de um lar pequeno e uma grande alma pode ser encontrada num corpo pequeno e disforme; o que me faz crer que a natureza produz essas pessoas a fim de que se perceba que a virtude pode nascer em qualquer lugar... Parece que Clarano existe expressamente para nos ensinar que a alma não é manchada por deformidades do corpo, mas que o corpo recebe certos brilhos pela beleza da alma.⁸⁴

Na época em que surge o Cristianismo, o Império Romano era tido como imbatível, trazendo uma bagagem de séculos de lutas vitoriosas, o que garantia a autoridade de seus governos, sempre mantida pela força das suas bem treinadas e armadas legiões. Um dos fatores indiretos que favoreceu o sucesso da proposta de Cristo, foi a conhecida “Pax Romana”, coordenada pelo Império que tinha como seu centro de poder Roma. Esta paz era garantida pela superioridade do exército romano e aliados, mas também pelo seu sistema de administração e suas boas estradas. Neste sentido, outro aspecto importante que favoreceu a divulgação do Cristianismo, foram os direitos garantidos a todos os habitantes através do sistema de leis romanas.

⁸⁴ SILVA, 1986, p. 148 e 150.

2.2 De Abraão a Cristo: o testemunho bíblico sobre a deficiência

Se buscamos ver o tema da deficiência a partir de um olhar bíblico, não poderemos esquecer que este olhar vem a nós mediado por “testemunhas humanas”, que registraram, através de “linguagens humanas”, construídas e marcadas por um longo tempo histórico, suas formas de entender o mundo, a vida e a sua relação com eles. Nesse testemunho, nessa forma de ver e entender a realidade, dando sentido a ela através de suas concepções e relações com o divino, estão presentes os reflexos da construção de valores sociais marcados e influenciados pela cultura de tempos históricos diferentes.

Ao olharmos para o testemunho bíblico a respeito da compreensão da deficiência, que se refletia diretamente na relação com as pessoas com deficiência, precisamos ter em mente o contexto cultural do “antigo Oriente Próximo e do Império Romano.”⁸⁵

Além das pessoas com deficiência, também podemos identificar outros grupos marginalizados na Bíblia: crianças, mulheres, pessoas doentes, estrangeiros, escravos, etc. Essa marginalização era fruto de uma construção sócio-político-cultural profundamente marcada e justificada por compreensões religiosas. É partir desta construção que buscaremos olhar mais de perto para o “período” do Antigo Testamento.

2.2.1 “Arameu prestes a perecer foi meu pai”⁸⁶

[...] e desceu para o Egito, e ali viveu como estrangeiro com pouca gente, e ali veio a ser nação grande, forte e numerosa. Mas os egípcios nos maltrataram, e afligiram, e nos impuseram dura servidão. Clamamos ao Senhor, Deus de nossos pais; e o Senhor ouviu a nossa voz e atentou para a nossa angústia, para o nosso trabalho e para a nossa opressão; e o Senhor nos tirou do Egito com poderosa mão, e com braço estendido, e

⁸⁵ WEBER, Hans-Ruedi. **Bíblia**: o livro que me lê: manual para estudos bíblicos. São Leopoldo: Sinodal: CEBI, 1998. p. 9.

⁸⁶ Deuteronômio 26.1ss.

com grande espanto, e com sinais, e com milagres; e nos trouxe a este lugar e nos deu esta terra, terra que mana leite e mel.⁸⁷

O povo de Israel passou por um longo processo de formação, a partir de grupos de famílias nômades provenientes da Mesopotâmia. Sua história é uma pequena parte de uma história maior, a do Oriente Próximo. Essa história é relatada a partir de dois grandes movimentos migratórios. O primeiro no século XIX/XVIII a.C., onde algumas tribos aramaicas entraram na Terra Cultivada em direção ao norte, fixando-se na Mesopotâmia e na Síria, sendo denominados de protoarameus. O segundo movimento migratório é datado no século XIV/XIII.

Arqueólogos encontraram o arquivo de correspondência da cidade real de Mari, no tocante aos nomes próprios, ao vocabulário, à língua e escrita acádica. Documentos desse arquivo revelam que existiam numerosos paralelos entre os antepassados de Israel e os habitantes de Mari, no tocante aos nomes próprios, ao vocabulário, à língua, à estrutura sociológica, à prática judiciária e instituições culturais.⁸⁸

Os antepassados do povo de Israel eram pastores seminômades, “errantes”, donos de rebanhos, que viviam nas margens da terra cultivada. Entre esses pastores seminômades se localizam os patriarcas do povo de Israel e as suas histórias nos revelam o mundo religioso que fundamenta a história deste povo.

É atribuída ao período histórico da passagem da Idade do Bronze Recente para a Idade do Ferro a chegada dos antepassados seminômades de Israel na Palestina. E é provavelmente também neste período que as conhecidas tribos de Israel se organizaram como tal. Mas é a partir da fé israelita que essa história ganha uma unidade desde seu início, juntando diferentes tradições e colocando-as dentro de um “continuum histórico”.

[...] os patriarcas Abraão, Isaque e Jacó se inserem numa seqüência genealógica, os filhos de Jacó se multiplicam e constituem no Egito o povo de Israel, e Moisés representa a figura de ligação na abrangente seqüência de acontecimentos que vai desde a opressão no Egito, passando pela

⁸⁷ Deuteronômio 26.5-9.

⁸⁸ METZGER, Martin. **História de Israel**. São Leopoldo: Sinodal, 1989. p. 20. Ver também CAZELLES, Henri. **História política de Israel**: desde as origens até Alexandre Magno. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 57-70.

estada junto ao Monte Sinai, até a migração para a Transjordânia. A fé compreende o passado como atuação do único Deus em favor de um único povo, que é conduzido por desvios, mas em conjunto, para a terra prometida. A partir deste ponto de chegada a fé israelita vê a história de forma mais unitária do que ela se apresenta numa retrospectiva histórica.⁸⁹

É a partir de sua fé que o povo de Israel vai olhar e determinar sua vida em sociedade, mas não podemos esquecer que ela é também influenciada pelas culturas dos povos vizinhos. A fé patriarcal no “Deus dos Pais” era característica dos povos que viviam nas margens da Terra Cultivada, mas se diferenciava deles pelo monoteísmo e pelo fato desta divindade não se caracterizar pelo local de culto, onde foi venerada pela primeira vez, mas “pela pessoa, à qual se revelou pela primeira vez e que fundou o culto ao referido deus”.⁹⁰ Na revelação divina é que os patriarcas recebiam a promessa da terra e da descendência.

Durante vários séculos este povo se constituiu como nação, organizou seus reinados, foram combatidos e dominados pelos assírios, babilônicos, persas, macedônios e pelos romanos em 63 a.C.⁹¹ São visíveis nos códigos de leis e nos costumes deste povo as muitas dificuldades e sofrimentos que fazem parte de sua história, guiada pela esperança da vinda do Messias, o libertador. Mas, também, transparece a absorção de práticas de outros povos e culturas com os quais conviveram nesta longa e conturbada história. Por exemplo:

Entre as religiões primitivas, é comum que uma doença ou deficiência seja atribuída ou a uma mágica hostil ou à violação de um tabu. Cabe ao homem-de-Deus ou ao sacerdote (= médico) descobrir as causas (diagnose) e estabelecer o encantamento ou magia certa para eliminar o mal (prognose). A diagnose podia se uma falta cometida que exigia uma reparação adequada. Esta visão se encontra também no Antigo Testamento.⁹²

⁸⁹ SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1994. p. 19.

⁹⁰ METZGER, 1989, p. 21.

⁹¹ Para ver mais detalhadamente a história do povo de Israel, em seus diferentes períodos, consultar SCHMIDT, 1989, p. 17-44.

⁹² KILPP, Nelson. Deficientes físicos no Antigo Testamento, **Estudos Bíblicos**, Petrópolis: Vozes, São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, São Leopoldo: Sinodal, n. 27, 1990. p. 42.

2.2.1.1 Doenças e deficiências do povo escolhido

Assim como em diferentes culturas antigas, a doença e as deficiências não eram casos isolados, mas um problema social, devido às precárias condições higiênicas, sanitárias e do atendimento médico. Essas situações facilitavam o surgimento de pestes, que muitas vezes dizimaram as populações, e também de doenças que causavam lesões físicas permanentes. Somam-se a este quadro todas as conseqüências trazidas pelas constantes guerras, que, além das lesões e deficiências causadas pelas batalhas, obrigavam as pessoas a viverem neste período a miséria e fome, que enfraqueciam ainda mais a saúde do povo.

Podemos identificar facilmente os vários grupos de marginalizados em toda a história narrada nos escritos bíblicos: estrangeiros, crianças, mulheres, escravos, órfãos, viúvas e dentre eles também estão as pessoas com deficiência. A marginalização e a discriminação eram justificadas através de motivos religiosos ligados a questões de pureza e impureza. Isto quase sempre levava esses grupos de pessoas a viverem em situação de pobreza, marginalidade e muitas vezes de mendicância.

Uma das leis que mais favoreceu o tratamento discriminatório de pessoas com deficiência no povo de Israel, é a encontrada em Levítico 21.18-23, que proíbe os deficientes de entrarem em contato direto com o sagrado. Esta lei está diretamente ligada à “exigência de pureza e inteireza daquilo ou daquele que é separado para ou devotado à divindade”⁹³, ou seja, somente homens fisicamente perfeitos poderiam ser sacerdotes.

A partir deste e de outros textos, podemos ter uma idéia geral sobre os tipos de deficiências existentes naquela época. Dentre as deficiências mencionam-se

⁹³ KILPP, 1990, p. 43.

cegos, coxos, desfigurados e deformados, aleijados, corcundas, anões, eunucos, névoa no olho (belida), pragas purulentas. O capítulo 13 do livro de Levítico cita diversos tipos de doenças de pele como eczemas, herpes, micoses, além dessas sabe-se que a malária, o tifo, a varíola e a peste bubônica eram freqüentes naquela região. Dentre todas essas doenças e deficiências, dos cegos, coxos e surdos-mudos se tem mais informações, talvez pela maior freqüência com que essas deficiências ocorriam no mundo bíblico.

Como já vimos anteriormente na história de outros povos no antigo Oriente Médio e na região do Mar Mediterrâneo, a cegueira era provavelmente a deficiência mais freqüente naquele tempo. Ela poderia ser causada pela velhice, como no caso de Isaac (Gênesis 27) e do sacerdote Eli (1Samuel 4.15), mas também pelo costume de cegar o inimigo derrotado nas guerras, prática comum dos povos no Antigo Oriente, como aconteceu com Sansão (Juízes 16.21) e com o rei de Judá Sedecias (2Reis 25.7; Jeremias 39.7 e 52.11). No entanto, são apontadas como as principais causas da cegueira, no contexto do Antigo Testamento, uma espécie de conjuntivite agravada pelas péssimas condições sanitárias e de higiene, o tracoma e, nos cegos de nascença, infecção gonocócica da mãe.⁹⁴

As deficiências que causavam dificuldades de locomoção eram normalmente designadas pelo termo “coxo”, variam desde “o pé-torto”, membros desproporcionais ou até a paralisia total. Poderiam ser causadas por acidentes, quedas como aconteceu com o filho de Jônatas, Meribaal (2Samuel 4.4), fraturas, lesões nas batalhas, além dos deficientes de nascença.

Alguns textos como o de 1Reis 18, principalmente os versículos 21 e 26, revelam que muitas deficiências eram usadas pejorativamente, de forma figurada

⁹⁴ KILPP, 1990, p. 39-40.

(Isaías 59.10, 42.18s, 43.8, 56.9s), ou em comparações com comportamentos indesejáveis e negativos. Menos freqüente, mas existe citação da deficiência de forma positiva vinculada inclusive à história da salvação de Israel, como no texto de Gênesis 32. 22-32, onde o patriarca Jacó luta com Deus no vau de Jaboque.

É importante destacar também a existência de muitos textos que revelam, inclusive através de leis, a responsabilidade e o compromisso de dar assistência às pessoas com deficiência. O próprio texto de Levítico 21, citado anteriormente, apesar de proibir o contato de sacerdotes impuros, doentes ou com deficiência de exercer a função sacerdotal e ter contato direto com o sagrado, não os exclui da comunhão, pois eles “podiam comer da parte sacerdotal dos sacrifícios”, sendo assim garantido o seu sustento.⁹⁵

Podemos ver esse compromisso e cuidado em favor das pessoas com deficiência em outros textos: Deuteronômio 27.15-26 cita que fazer um cego se perder é um delito grave, ao lado dos delitos sociais e sexuais relacionados (v.18-19); Levítico 19.13s: “Não amaldiçoarás um surdo-mudo, e não porás obstáculo diante de um cego, mas temerás o teu Deus”; Jó 29.11-17, onde Jó é inspirado a socorrer o pobre, o órfão e a viúva, a zelar pela justiça e ser “olhos para o cego e pés para o coxo”.

Em textos proféticos as pessoas com deficiência são mencionadas várias vezes, quase sempre nos anúncios de um novo mundo, ligados à ação salvífica de Deus: “Guiarei os cegos por um caminho que não conhecem, fá-los-ei andar por veredas desconhecidas; tornarei as trevas em luz perante eles e os caminhos escabrosos, planos. Estas coisas lhes farei e jamais os desampararei” (Isaías 42.16).

⁹⁵ KILPP, 1990, p. 43-44.

Estes textos são freqüentes na época exílica e pós-exílica (Isaías 29.18s, 35.6, 42.6s, 43.8, 35.5, Jeremias 31.7-14, etc), falam do futuro e de um novo mundo, mas também expressam a realidade vivida pelas pessoas. No entanto, ressaltam que as imperfeições, deficiências, sofrimentos e injustiças existentes no presente, não fazem parte da vontade de Deus (castigo) que é de “vida em abundância para todos”.⁹⁶

2.2.2 “Eis aqui vos trago boa-nova de grande alegria...”⁹⁷

[...] que será para TODO o povo: é que hoje vos nasceu, na cidade de Davi, o Salvador, que é Cristo, o Senhor. E isto vos servirá de sinal: encontrareis uma criança envolta em faixas e deitada em manjedoura. [...] e paz na terra entre os seres humanos, a quem ele quer bem.⁹⁸

[...] e uma criança pequena os guiará.⁹⁹

O Novo Testamento inicia com a chegada da boa-nova ao mundo, é nas ações e nas palavras de Jesus Cristo que esta boa-nova vai se revelando diariamente, nas alegrias daqueles insignificantes transformados em “gente”, o verdadeiro Evangelho, o(s) Reino(s) de Deus.

Jesus, em sua vida, sempre dispensou atenção especial àquelas pessoas que viviam à margem da sociedade e, conseqüentemente, da lei: os pobres, os doentes, os publicanos, as prostitutas, os pagãos, doentes, crianças, mulheres, ou seja, aqueles que eram considerados pecadores e impuros e por isso excluídos.

A sociedade no tempo de Jesus era organizada em torno do templo e era pelas pessoas que o representavam e comandavam, que Deus governava. Assim, o Sinédrio era “a mais alta instância política da Palestina”. Ele era composto por 71 pessoas que representavam os escribas, os anciãos (grandes proprietários de terra)

⁹⁶ KILPP, 1990, p. 45-46.

⁹⁷ Lucas 2.10b.

⁹⁸ Lucas 2.10-13, 14b.

⁹⁹ Isaías 11.6.

e os sacerdotes. Eram os escribas os responsáveis por interpretar e fazer as leis, todos chefiados pelo sumo-sacerdote, que era o chefe do Sinédrio.

Conseqüência desta organização é que as leis religiosas e as leis civis se misturavam, “as leis da religião serviam ao mesmo tempo como a Constituição do país”. Assim, quando Jesus questiona as leis religiosas de sua época, ele está questionando todas as estruturas da sociedade, inclusive as políticas.¹⁰⁰

A disposição de Jesus de conviver com aqueles que eram considerados pecadores e impuros, sempre causou acusações por parte dos que se achavam “justos”. A lei definia o “grau de pecaminosidade das pessoas” e, neste sentido, a obediência determinava justos e pecadores. Quem eram esses pecadores?¹⁰¹

Primeiramente entre os que eram assim considerados, segundo as leis, estavam os pagãos, isto é, todos os não-judeus. Eles não conheciam a lei e, portanto, não poderiam cumpri-la. Jesus não segue esta lógica e ajuda um centurião romano (Mateus 8.5-13), uma mulher siro-fenícia (Marcos 7.24-30) e conversa com uma mulher samaritana (João 4.1-42).

Em segundo lugar no *ranking* dos pecadores estava o povo pobre¹⁰². Estes constituíam a maioria da população e, pela falta de instrução, não tinham condições de cumprir a grande quantidade de leis existentes. A educação não era acessível aos pobres de ontem, como não é aos muitos de hoje. Mas é justamente em meio aos pobres que Jesus desenvolve o seu ministério: “Ide e anunciai a João o que vistes e ouvistes: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os

¹⁰⁰ HOEFELMANN, Werner. A crítica de Jesus à Lei como opção pelos marginalizados. **Estudos Bíblicos**. n. 27, 1990. p. 54-57.

¹⁰¹ HOEFELMANN, 1990, p. 58.

¹⁰² Sobre este grupo social classificado como “pobres” consultar: JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém no tempo de Jesus**: pesquisas de história econômico-social no período neotestamentário. São Paulo: Paulinas, 1983. p. 156-169.

surdos ouvem, os mortos são ressuscitados e aos pobres anuncia-se-lhes o evangelho” (Lucas 7.22).

E depois vinham os que exerciam profissões indignas ou pecaminosas como os pastores de ovelhas e o publicanos, desprezados por causa da arrecadação dos impostos. Aos pastores é, em primeiro lugar, revelado o nascimento de Jesus. Aos publicanos, Jesus demonstra aceitação e amor, chamando-os para o discipulado (Mateus 9.9, Lucas 19.1-10).

Além do não cumprimento da lei, também as coisas impuras poderiam tornar uma pessoa pecadora. As leis sobre a pureza e impureza, encontradas principalmente no Livro de Levítico, funcionavam de certa forma como medidas higiênicas e sanitárias. Nelas eram enquadradas doenças incuráveis, questões ligadas à sexualidade e disfunções do organismo, que impediam as pessoas de participar do convívio religioso e social. Algumas doenças, como a lepra¹⁰³ e secreções, eram entendidas como “castigo divino” (pecado-doença) e por isso deveriam ser excluídas (Deuteronômio 24.8-9).

Independente de quais eram, as questões de impureza afastavam totalmente as pessoas do sagrado: “uma pessoa em estado de impureza estava, automaticamente, afastada das atividades cúlticas, o que a levava também a ser afastada da graça e da bênção de Deus”.¹⁰⁴

Além disso, havia diferentes níveis de classificação da exclusão determinados pela distinção entre os impuros ocasionais, onde a contaminação era passageira e, depois de passarem pelo processo de purificação (oferecer sacrificio no templo depois de pagar o valor correspondente), poderiam voltar ao convívio comunitário. E os em permanente situação de impureza, para os quais não havia um

¹⁰³ STRINGHINI, p.122; IMMICH, Vera Maria. Uma mulher com deficiência luta contra a morte. **Mosaicos da Bíblia**. n.18. São Paulo: Koinonia, 1995. p.10-12.

¹⁰⁴ IMMICH, 1995, p.8.

rito capaz de purificar. Neste grupo estavam, além das pessoas com deficiência ou doenças incuráveis, também estavam os pagãos, os pobres, os que eram casados com pessoas de outra raça (estes e seus descendentes carregavam a “mancha” da impureza).¹⁰⁵

Considerando que, para ocupar determinadas posições sociais e políticas importantes, as pessoas deveriam provar sua pureza de origem, o que era possível apenas para as classes médias e altas, estas leis de impureza eram um mecanismo de discriminação e sustentação de privilégios.

São esses conceitos e compreensões que regiam a vida na sociedade no tempo de Jesus, e é a partir deste pano de fundo que precisamos olhar a relação de Jesus com as pessoas, especialmente na sua relação com pessoas e grupos marginalizados, dentre eles as com as pessoas com deficiência. Pois, é na sua relação com as pessoas, que Ele rompe com os valores excludentes da sociedade de seu tempo questionando os “lugares” pré-determinados.

Muitos foram os encontros de Jesus com elas, relatados principalmente em textos de cura ou milagres.¹⁰⁶ Ao ser procurado pelas pessoas doentes ou com deficiência, Jesus dedicava atenção a elas, perguntava o que queriam e com isso colocava em evidência a “pessoa”. Como no encontro de Jesus com um homem que há 38 anos espera pela cura (João 5.1-18).

Esse encontro revela a cruel realidade a que estavam submetidos os doentes e deficientes, no tempo de Jesus. No texto se descreve a existência do tanque de Betesda, onde “jazia uma multidão de enfermos, cegos, coxos, paralíticos”

¹⁰⁵ HOEFELMANN, 1990, p.59-60.

¹⁰⁶ Sobre a questão da deficiência na relação cura e salvação, há um detalhado estudo do tema em: **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana**, n.49. Petrópolis: Vozes, 2004; DOBBERAHN, Friedrich Erich, Cura e Salvação na Bíblia. **Vox Scripturae**. n.3:2, 1993. p.151-165.

esperando que a água se agitasse, pois o primeiro que entrasse no tanque seria curado de qualquer enfermidade.

A cura era a única esperança de conquista da dignidade. A única forma de “sair” da situação de total exclusão e de ser reconhecido como pessoa. Ao intervir nesta situação num dia de sábado, Jesus mais uma vez, coloca a vida e a dignidade humana acima das leis, questionando os valores e padrões que regiam e determinavam a vida das pessoas em sua época. Será que hoje é este critério que determina o valor e o lugar das pessoas? São esses os critérios que “regem” a vida comunitária e assegura o lugar de todos?

Ao olharmos para o tema da deficiência na Bíblia, não podemos ignorar a sua relação direta com os conceitos de cura e salvação, doença e pecado, pureza e impureza, pois essa relação faz parte das compreensões contextuais-culturais, que determinavam a relação e o lugar das pessoas na sociedade da época. Quando olhamos textos onde Jesus intervém nas situações de sofrimento de pessoas doentes ou com deficiências através da cura, somos convidados a “olhar” para o que suas atitudes mostram. Ao curar Ele restabelece o lugar e a dignidade destas pessoas na sociedade, questionando assim o motivo e o lugar em que estavam “colocadas”. Questiona a legitimação desses lugares e a classificação hierárquica do “status” de ser humano a partir de leis. Sua ação é “a inauguração do reino de Deus no mundo”¹⁰⁷ ele intervém e aponta para uma outra forma de entender a vida e as pessoas.

Neste sentido a atuação de Jesus, principalmente em relação aos marginalizados e às pessoas com deficiência, precisa ser entendida sob a

¹⁰⁷ CAPOSSA, Romão F. J. A doença e a cura entre os Barghwes de Moçambique. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana**, n.49. Petrópolis: Vozes, 2004. p.79.

perspectiva do Reino de Deus, que em Jesus não está num futuro indeterminado, mas Nele já está presente e a sua presença transforma, provoca “mudanças”.

Todo o ministério de Jesus deve ser percebido e interpretado à luz do Reino que vem. Assim é com os milagres realizados eles objetivam ser sinais de que o Reino já está irrompendo e fermentando dentro do velho mundo. Outros feitos de Jesus – tais como o perdão dos pecados – são também sinais do Reino, da transformação e da derrota de situações opressoras. São testemunhos da vontade e da ação libertadora e recriadora de Deus. A presença de Jesus nega a negação da vida: enfermidades são curadas (Mateus 8.16-17); a luta se transforma em vitória e gozo (Lucas 7.11-17; Marcos 5.41-43); a morte se transforma em mero sonho (Marcos 5.39); os pecados são perdoados (Marcos 2.5); os demônios impuros dão lugar Espírito de Deus (Mateus 12.28). “Reino de Deus” significa a libertação total conseguida pela graça e pelo poder de Deus.¹⁰⁸

Não podemos entender Jesus apenas como alguém que prega sobre as boas novas, o Evangelho do Reino de Deus, mas Ele se coloca como elemento desta nova realidade transformada. Ele vive a radicalidade do Evangelho de Deus, que questiona a realidade injusta e excludente, chama para viver uma nova realidade a partir da vontade de Deus: a vida em abundância para todos e se coloca contra todas as formas de negação da vida. Ele é a “boa-nova”! É isso que as pessoas que vinham ao seu encontro puderam experimentar: o gosto do Reino de Deus, que diz: “Paz seja convosco! Assim como o Pai me enviou, eu também vos envio...” (João 20.21).

Nele as primícias do reino de Deus se haviam tornado palpáveis, explicitadas em sua atuação, suas parábolas, sua morte e ressurreição. Jesus Cristo morreu pelos nossos pecados (1 Coríntios 15.3s.), a fim de que nós tivéssemos vida, e vida em abundância (João 10.10). Portanto, a igreja congrega aquelas pessoas que acolhem a salvação oferecida por Jesus e agradecem a Deus por ela (2 Coríntios 5.18s.).¹⁰⁹

¹⁰⁸ *Todo el ministerio de Jesús debe percibirse e interpretarse a la luz del Reino que viene. Así es como los milagros realizados resultan ser señales de que el Reino ya está irrompiendo y fermentando dentro del viejo mundo. Otros hechos de Jesús – tales como el perdón de pecados – son también señales del Reino, de la transformación y la derrota de situaciones opresivas. Son testimonios de la voluntad y la acción libertadora y re creadora de Dios. La presencia de Jesús niega a la negación de la vida: se curan enfermedades (Mateus 8.16-17); la lucha se cambia en Victoria y gozo (Lucas 7.11-17; Marcos 5.41-43); la muerte se transforma en mero sueño (Marcos 5.39); los pecados son perdonados (Marcos 2.5); los demônios impuros ceden lugar al Espíritu de Dios (Mateus 12.28). “Reino de Dios” significa la liberación total conseguida por la gracia y el poder de Dios. (tradução própria) SCHIPANI, Daniel. **El Reino de Dios y el ministerio educativo de la iglesia: fundamentos y principios de educación cristiana.** México: Editorial Caribe, 1983. p.83.*

¹⁰⁹ BRAKEMEIER, 2004, p.53.

A partir dos “seguidores” de Jesus Cristo e do testemunho de sua vida, morte e ressurreição ou seja, da experiência de salvação através dele, nasce a igreja cristã. Jesus Cristo é o fundamento da igreja (1 Coríntios 3.11). Crer em Jesus Cristo significa reconhecer o caminho por ele escolhido e colocar-se nele. Jesus não buscou reconhecimento ou aplausos, convidou ao seguimento. Seguir a Jesus é colocar-se no caminho do Reino.

Em muitos textos que discutem a questão da inclusão de pessoas com deficiência, a religião várias vezes é apontada por ter contribuído e justificado, direta ou indiretamente, com concepções discriminatórias e excludentes. Intrigante é que isso aconteceu baseado em textos bíblicos e interpretações teológicas, apesar da atuação e pregação de Jesus, também registrada na Bíblia, que contesta todo e qualquer princípio religioso, legal ou cultural, que sustente tais concepções. Neste sentido, torna-se ainda mais importante, já que Jesus Cristo “é” o fundamento da Igreja, enfatizar a ação de Jesus como parâmetro, “fio vermelho” para as relações humanas.

A IECLB, como todas as Igrejas cristãs se entendem igrejas a partir de Jesus Cristo e pelo seu envio buscam seus caminhos comunitários. Assim, “as formas de organização podem mudar e também diferir, mas sempre devem estar a serviço de Cristo e de sua missão”¹¹⁰. A partir deste princípio queremos refletir sobre Igreja e inclusão, articulando as entrevistas e utilizando-se da compreensão paulina de igreja enquanto “corpo de Cristo”.

¹¹⁰ IECLB, 2003, p.7.

3 SIMPLEMENTE IGREJA – ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁXIS COMUNITÁRIA

Ser comunidade cristã pressupõe colocar-se no caminho de seguimento de Jesus Cristo e ser Ele a orientação, a base para o “con-viver”, o elo que nos une como igreja, nas palavras de Brakemeier: “A comunhão com Cristo, pois, estabelece a comunhão dos comungantes entre si e os transforma em comunidade, igreja”¹¹¹.

A Igreja é, por definição, um lugar e um processo de comunhão aberto a todas as pessoas; ela convida todas e não faz discriminação. [...] É uma comunidade de pessoas com dons diferentes, que se complementam entre si. [...] a Igreja precisa reconhecer as premissas básicas de igualdade e dignidade na mensagem cristã e promovê-las como prioridade em todos os seus trabalhos. Incluir as pessoas com deficiência e envolver-se com elas não é mera opção para as Igrejas de Cristo. É característica do ser da Igreja.¹¹²

A premissa da igreja como lugar de todos foi e ainda é muitas vezes colocada no horizonte do utópico, e este, entendido como impossível. Viver em comunidade é conviver em constantes tensões e, assim, como não existe ser humano perfeito, não existe comunidade humana perfeita. Mas não buscar uma igreja perfeita não significa que a busca por uma igreja aberta a todas as pessoas, que não discrimine, onde as individualidades convivem e se complementam, onde as

¹¹¹ BRAKEMEIER, Gottfried. **A Primeira Carta do Apóstolo à Comunidade de Corinto: um comentário exegético-teológico**. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p.133.

¹¹² CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Uma Igreja de todos e para todos: uma Declaração Teológica Provisória**. São Paulo: Aste, 2005. p.30-31.

diferenças e igualdades são reconhecidas e respeitadas, onde as pessoas têm o mesmo valor, não seja a busca por uma “igreja possível” ou simplesmente “igreja”.

Buscaremos neste capítulo apontar algumas contribuições sobre inclusão na comunidade. Nessa busca confrontamo-nos com a distância entre prática comunitária que acreditamos estar de acordo com o seu fundamento que é Cristo, e a realidade percebida pelas pessoas no viver comunitário. Acredito que nesta realidade comunitária “percebida” encontramos questionamentos e pistas para o ser igreja “inclusiva”. E também provocações!

Não enxergo a Igreja como um todo preocupada com esta questão. [Pessoa 3]

Considero a Igreja ainda muito elitista e discriminatória, contrariando os ensinamentos de Cristo. [Pessoa 7]

3.1 “Os muitos no Um”: Igreja como Corpo de Cristo

“Nós embora muitos, somos um só corpo”. Esse canto litúrgico muito usado nas celebrações eucarísticas em comunidades da IECLB remete talvez à mais conhecida metáfora da eclesiologia paulina, interpretada como metáfora da “unidade na diversidade”. Esta metáfora nos oferece elementos interessantes para refletirmos sobre as relações e os “lugares” de todos na convivência comunitária. O texto se encontra na Primeira Carta do Apóstolo Paulo à comunidade de Corinto.

As informações contidas nas cartas de Paulo à comunidade de Corinto revelam uma comunidade “real” que, ao trilhar os primeiros passos na fé, vivenciava dificuldades, conflitos, inseguranças e dúvidas na convivência na diversidade num contexto onde o sincretismo com a cultura e pensamentos locais tornava-se um constante desafio. Assim essas cartas não são uma exposição sistemática da

doutrina cristã, mas tentam responder e orientar sobre questões concretas vividas pela comunidade.

3.1.1 Contextualizando

A cidade de Corinto destacava-se no contexto da antiga Grécia. Apesar de ter sido destruída em 146 a.C., em 27 a.C. é instituída a capital da província da Acaia e reerguida no período de 44 a.C, sendo que, no período em que Paulo chega a cidade, entre 49-50 d.C., a cidade se encontra em pleno crescimento econômico. Favorecida pela geografia, o conhecido “istmo¹¹³ de Corinto” que possibilitava o acesso tanto ao mar Adriático quanto ao mar Egeu, garantia à cidade o destaque como “centro mercantil e ponto de encontro entre as nações do Oriente e do Ocidente”¹¹⁴.

O predomínio do pensamento grego estava desacreditado, pois a condição de “povo conquistado” atestava que os antigos deuses não forneciam mais bem-estar e proteção contra os inimigos, o que, aliado ao caráter multiétnico da sociedade e à pluralidade religiosa, favorecia a incorporação de outros cultos e divindades. Eram comuns as apresentações em ambientes públicos como praças, mercados e salões, onde os expositores ofereciam ao povo “orientação moral” para o cotidiano, baseada em suas compreensões da vida humana e do universo, buscando sempre novos adeptos. Assim, existiam muitas “associações” que reuniam pessoas de diferentes classes em torno de tradições religiosas e filosóficas.¹¹⁵

¹¹³ Faixa de terra que ligava a península ao continente, que permitia o transporte de cargas e pequenos barcos através uma estrada pavimentada de cerca de 6 Km na parte mais estreita, que permitia o deslizamento. A pavimentação em mármore possibilitava o deslizamento das cargas. FOULKES, Irene. **Problemas pastorales em Corinto**: comentário exegético-pastoral a 1 Coríntios. San José: Editorial DEI, 1996. p.37-39; QUESNEL, Michel. **As Epístolas aos Coríntios**. São Paulo: Paulinas, 1983. p.18s.

¹¹⁴ BRAKEMEIER, 2008, p.13.

¹¹⁵ FOULKES, 1996, p.49-58.

Este também é o caminho utilizado pelo Apóstolo em sua ação em Corinto. Paulo era um cristão convertido (Atos 9.1-9), de origem judaica, nascido na diáspora. O trânsito na cultura helênica, fruto de seu nascimento na diáspora, a educação na religião judaica, o conhecimento da língua grega e das idéias das correntes filosóficas de sua época possibilitaram-lhe facilidades importantes para sua ação missionária.

Ao chegar em Corinto Paulo encontra hospedagem e trabalho junto a Áquila e Priscila que também eram cristãos de origem judaica, e inicia sua pregação como de costume na sinagoga¹¹⁶, e, embora tenha obtido êxito em convencer judeus e gregos (Atos 18.4), logo entra em conflito, volta-se então para o público gentílico e funda a comunidade cristã, que experimenta um rápido crescimento. Esta era formada tanto por gentios e pagãos, em sua maioria pertencentes às classes mais baixas da sociedade. Embora a cidade de Corinto fosse muito rica, apresentava um grande desnível social, que foi pano de fundo de muitos conflitos comunitários (por exemplo 1Coríntios 11.17-33).

É da classe pobre de Corinto, de escravos, artesãos, empregados, que se recrutava a maioria dos membros da comunidade cristã, com poucas exceções (1 Coríntios 1.26s). Nessa cidade, cuja padroeira era a Deusa Afrodite, Paulo conseguiu criar um núcleo cristão que iria crescer e desenvolver-se rapidamente.¹¹⁷

Cabe ainda destacar que correntes de pensamentos da cultura e religião locais exerceram influência sobre a comunidade de Corinto. Nas palavras de Brakemeier: “é proibido forçar a teologia da comunidade de Corinto numa única matriz. São diversos os grupos componentes, e eles não raro destoam em seu discurso e sua prática”. Mas pode-se afirmar que nela prevaleceu uma corrente entusiasta identificada como “pneumáticos” que “supunha estar em posse da salvação e da plenitude do Espírito”, chegando a entrar em conflito com o apóstolo

¹¹⁶ Atos 18.3s.

¹¹⁷ BRAKEMEIER, 2008, p.13.

por sentirem nele falta de “sinais espirituais”.¹¹⁸ Assim, desenvolveu-se na comunidade uma supervalorização das experiências pneumáticas, expressa principalmente através da glossolalia. Neste contexto, ganha ainda mais significado a imagem do corpo utilizada por Paulo como exemplo de relacionamento orgânico da igreja.

Depois de aproximadamente 18 meses de atuação missionária em Corinto, Paulo deixa a cidade em razão de conflitos com grupos judaicos que chegam a denunciá-lo ao tribunal do procônsul Gálio. O apóstolo inicia então uma atuação em Éfeso, de onde redige a Primeira Carta aos Coríntios.¹¹⁹

3.1.2 O corpo: vivência na diversidade

Visando o bem comum da comunidade e por conseqüência a sua edificação, Paulo usa a conhecida “metáfora do corpo” como critério e caminho para a inter-relação entre diversidade e unidade em evidente conflito na comunidade. Assim, “o remédio para a rivalidade não se encontra no esforço para impor uma homogeneidade, mas o reconhecimento de que a diversidade é legítima e necessária – e, portanto, desejável – para que o corpo funcione”.¹²⁰

¹² Porque, assim como o corpo é um e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, constituem um só corpo, assim também com respeito a Cristo. ¹³ Pois, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres. E a todos nós foi dado de beber de um só Espírito. ¹⁴ Porque também o corpo não é um só membro, mas muitos. ¹⁵ Se disser o pé: Porque não sou mão, não sou do corpo; nem por isso deixa de ser. ¹⁶ Se o ouvido disser: Porque não sou olho, não sou do corpo; nem por isso deixa de o ser. ¹⁷ Se todo o corpo fosse olho, onde estaria o ouvido? Se todo fosse ouvido, onde, o olfato? ¹⁸ Mas Deus dispôs os membros, colocando cada um deles no corpo, como lhe aprouve. ¹⁹ Se todos, porém, fossem um só membro, onde estaria o

¹¹⁸ BRAKEMEIER, 2008, p.16 -17.

¹¹⁹ A saída de Paulo de Corinto é datada em meados do ano de 51 d.C. e a fundação da comunidade em final de 49 d.C. Isso é afirmado a partir da menção do nome de Gálio tida como um “valioso indício cronológico. De fonte extrabíblica sabe-se que esse homem, aliás irmão do afamado filósofo Sêneca, exerceu o proconsulado em Corinto no ano 51/52 da nossa era”. BRAKEMEIER, 2008, p.14.

¹²⁰ “el remedio para la rivalidad no se encuentra em un esfuerzo por imponer una homogeneidad sino em el reconocimiento de que la diversidad es legítima y necesaria – y por tanto, deseable – para que el cuerpo funcione”. (Tradução própria). FOULKES, 1996, p.349.

corpo? ²⁰ O certo é que há muitos membros, mas um só corpo. ²¹ Não podem os olhos dizer à mão: Não precisamos de ti; nem ainda a cabeça, aos pés: Não preciso de vós. ²² Pelo contrário, os membros do corpo que parecem ser mais fracos são necessários; ²³ e os que nos parecem menos dignos no corpo, a estes damos muito maior honra; também os que em nós não são decorosos revestimos de especial honra. ²⁴ Mas os nossos membros nobres não têm necessidade disso. Contudo, Deus coordenou o corpo, concedendo muito mais honra àquilo que menos tinha, ²⁵ para que não haja divisão no corpo; pelo contrário, cooperem os membros, com igual cuidado, em favor uns dos outros. ²⁶ De maneira que, se um membro sofre, todos sofrem com ele; e, se um deles é honrado, com ele todos se regozijam. ²⁷ Ora, vós sois corpo de Cristo; e, individualmente, membros desse corpo.¹²¹

Ao usar a metáfora do corpo Paulo para a vida comunitária, dá a ela um sentido diferente do usado regularmente¹²², talvez até inverso ao usual, que era de manutenção e legitimação da hierarquização social e política. Com ela o apóstolo estabelece uma relação de interdependência e igualdade de valor entre os membros, sem a qual o corpo não é corpo.

Rompe com a idéia de superioridade de dons que hierarquiza os membros do corpo, que era presente na comunidade. Ao falar sobre os dons, o apóstolo tira os carismas da “excepcionalidade” que sustenta o status e re-significa-os como o “criador e animador de uma comunidade articulada e diversificada”¹²³, não uniforme, mas plural, onde as diferenças constituem e “edificam” o corpo. Esse entendimento provém da compreensão de que, se Deus é quem dispõe os membros no corpo, qualquer tipo de “querelas, menosprezo de umas às outras (das partes do corpo) ou vanglória ofendem o Deus doador”.

Sendo Cristo o elo de ligação entre os membros do corpo e as diferenças vistas e compreendidas como “dons” recebidos de Deus, estabelece-se um novo princípio organizador da convivência no corpo e da vida em comunitária, onde as diferenças que nos causam “insegurança”, não precisam ser evitadas ou entendidas

¹²¹ 1 Coríntios 12.12-27.

¹²² A imagem do corpo “original da tradição estóica, ela era popular na época e freqüentemente usada na literatura. Tinha sua versão mais afamada na fábula de Menenius Agrippa, que por ela conseguiu debelar um conflito de classe em Roma.” BRAKEMEIER, 2008, p.164.

¹²³ BARBAGLIO, Giuseppe. **As cartas de Paulo**. v.2. São Paulo: Loyola, 1991. p.329.

como ameaças e assim os membros podem acolher-se mutuamente, como recomenda o apóstolo:

A fé cristã liberta da necessidade de auto-afirmação, porque tem experimentado a justificação pela graça. Conseqüentemente, o princípio da comunidade cristã já não é: “os iguais tendem a associar-se entre si”, mas: “acolhei-vos mutuamente como Cristo os acolheu para a glória de Deus” (Romanos 15.7) Por isso a comunidade cristã é comunidade de diferentes que já não experimentam suas diferenças como uma ameaça mútua, mas como enriquecimento recíproco. Tais tipos de comunidades constituem a configuração social viva da justificação pela graça.¹²⁴

O apóstolo lembra também a multiplicidade de dons na comunidade é dádiva divina, o que afirma a dignidade atribuída de todos os membros do corpo.¹²⁵ Ao atribuir a dignidade de todos membros do corpo, isto, é de todas as pessoas, à graça de Deus, Paulo afasta a possibilidade de relacionar a dignidade com funcionalidade, qualidade ou faculdade especial do ser humano, que fica isento de comprovar sua dignidade por méritos próprios, e conseqüentemente a falta de dignidade não pode ser relacionada ou justificada pela “falta” de determinados pré-requisitos localizáveis na pessoa. Assim, ela não é concessão de uns sobre outros, mas “direito humano” de todos. E como direito precisa ser desdobrada na práxis diária.

A igualdade diz respeito aos direitos humanos e não às características das pessoas, enquanto seres que sentem, pensam e apresentam necessidades diferenciadas e que, por direito de cidadania, devem ser compreendidas, valorizadas e atendidas segundo suas exigências biopsicossociais individuais.¹²⁶

Aqui vale esclarecer que a compreensão da dignidade humana expressa pela idéia “imagem de Deus” que muitas vezes foi interpretada como “imagem da

¹²⁴ *La fé cristiana libera de la necesidad de autoafirmación, porque ha experimentado la justificación por la gracia. Consiguientemente, el principio de la comunidad cristiana ya no es: “los iguales tienden a asociarse entre sí”, sino: “acogeos mutuamente como os acogió Cristo para gloria de Dios” (Romanos 15.7). Por eso la comunidad cristiana es comunidad de desiguales que ya no experimentan sus diferencias como una amenaza mutua, sino como un enriquecimiento recíproco. Tal tipo de comunidades constituyen la configuración social viva de la justificación por la gracia.* MOLTSMANN, Jürgen. **Diaconia en el Horizonte del Reino de Dios:** hacia el diaconado de todos los creyentes. Tradução de Constantino Ruiz Garrido. Guevara: Editorial Sal Térrea, 1987. p.24.

¹²⁵ BRAKEMEIER, 2008, p.166-167.

¹²⁶ EDLER CARVALHO, 2004, p.17.

perfeição divina” e, a partir disso, usada para justificar um modelo de ser humano ideal e perfeito que excluiu, portanto, todas as pessoas que não correspondem a esse modelo, principalmente os que trazem em seus corpos as marcas visíveis desta “imperfeição”; não corresponde à compreensão bíblica de imagem de Deus e por isso não encontra nela nenhuma fundamentação teológica.

Conseqüentemente, a dignidade proveniente de Deus requer desdobramentos numa lista de direitos humanos. Sua violação equivale a uma afronta ao próprio Deus. Como imagem de Deus, as pessoas são declaradas propriedade divina e, por isso, imunes ao arbítrio humano. Elas têm, perante o foro humano, o direito à cidadania e à proteção à vida. Dignidade não permite permanecer um conceito abstrato. Opõe-se concretamente a todas as formas de escravidão e assassinato. Precisa traduzir-se em práxis.¹²⁷

Outro aspecto importante a ser destacado do texto de 1 Coríntios 12. 12-27, é que para Paulo a idéia de corpo não dilui as individualidades, mas as inter-relaciona, pois elas são geradoras da diversidade essencial ao corpo, unidas e não uniformizadas pela compartilhada experiência em Cristo. Um membro por si só não é o corpo, nem vários membros iguais, constituem o corpo; “Ninguém reúne em si a plenitude do corpo, todos, porém, ‘participam’ dele, tomam parte dele”¹²⁸. Corpo de Cristo só existe na diversidade de nossos corpos que se relacionam. Se neste corpo/comunidade que somos, existem ausências, somos ainda um corpo?

3.2 As falas do corpo: falas que dizem, silêncios que falam

Muitas coisas foram ditas pelas sete pessoas entrevistadas, não só com as palavras, que revelavam diferentes olhares da e para a vida comunitária. Para quem está habituada e viciada no papel de “falar”, de quem se esperam palavras, os olhares muitas vezes buscavam “autorização” para dizer. Assim, o “ouvir” como pesquisadora foi uma experiência muito interessante. Interessante e algumas vezes

¹²⁷ BRAKEMEIER, Gottfried. **O ser humano em busca de identidade**: contribuições para uma antropologia teológica. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Paulus, 2002. p.45-46.

¹²⁸ BRAKEMEIER, 2008, p.168.

“incomodante” a percepção do “lugar” em que somos colocados e que em momentos da entrevista transcende a pastora e se mistura à instituição, e para as quais nem tudo pode ser dito. Só para pastora, em off,¹²⁹ é claro! E essas falas, embora não ditas, falam muito.

Assim, na difícil tarefa de manter fechada a boca da pastora que os conhecidos olhares pediam para que falasse por eles, desviei o olhar que, ao “fugir”, autorizava, buscando o distanciamento nem sempre alcançado, mas necessário para que a pesquisadora pudesse ouvir o que a pastora não poderia.

3.2.1 O corpo fala: inclusão?!?...

O que você entende por inclusão? Muito se fala sobre inclusão na atualidade. Muitas são as compreensões e as pessoas que tentam explicá-la, tornando-se impossível limitá-la em um conceito. Afinal, o que entendemos por inclusão? E, quando falamos nela, de qual inclusão estamos falando?

Inclusão tem sido nos últimos anos tema e alvo de muitos debates, livros, seminários e congressos. Muitos são os especialistas “autorizados” a discorrer sobre o assunto. Diferentes são as abordagens e as compreensões de inclusão. Muitas são as discordâncias sobre a melhor abordagem conceitual do assunto. Muitas são as bandeiras. Muitas são as demandas. Muitos são os questionamentos (Graças a Deus!) No contexto eclesial percebemos nas falas comunitárias que são tímidos os avanços. Existem alguns consensos. Várias experiências que estão dando “certo”. Mas podemos afirmar: alguns passos já foram dados, muitos ainda precisam ser dados e inclusão diz respeito a TODOS! Aceitando a provocação de Cláudia Werneck: “Todos mesmo?”

¹²⁹ “Em off” significa “depois que o gravador era desligado”, mas a conversa sobre o assunto continuava.

Quando falamos em inclusão dentro da igreja/comunidade percebemos que ela ainda não diz respeito a todos. Não questiono com isso a existência de grupos ou departamentos específicos nas comunidades, sínodos ou igreja que se ocupam da temática. Esses grupos têm desenvolvido um trabalho¹³⁰ essencial, tanto para as pessoas diretamente envolvidas neles, quanto para a provocação da discussão. Mas desconfio que, às vezes, a setorização “isenta” os demais de se envolverem.

Outro ponto que percebemos que, na maioria das vezes em que falamos em inclusão, ela é entendida como inclusão de pessoas com deficiência. Talvez isso ocorra pela proporção que a discussão ganhou no campo da educação a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.9394/96, que garante o acesso a todos “preferencialmente na rede regular de ensino”. É, também, nesse campo de saber que encontramos a maior parte da literatura sobre o assunto. Segundo Rosita Edler Carvalho, a proposta de educação inclusiva

[...] (a) traduz-se pela substituição de um modelo centrado no “defeito” da criança para um modelo “ambiental” que considera as variáveis que, perversamente, têm produzido a exclusão educacional escolar e político-social de inúmeras pessoas; (b) não diz respeito, exclusivamente, ao alunado da educação especial e sim a qualquer aprendiz; (c) que, em decorrência, essa proposta implica, necessariamente, em análises críticas da escola que temo e que precisa mudar sua cultura e suas práticas para exercitar a cidadania de todos os seus aprendizes; (d) que essa escola reflète a sociedade na qual se insere, podendo contribuir para que esta se torne menos elitista.¹³¹

Quanto à legislação sobre inclusão, segundo Romeu Sassaki no Brasil ela é rica e variada, embora com muitos pontos negativos por refletirem um caráter integracionista. Em relação às pessoas com deficiência, o autor afirma que existem dois tipos básicos de leis: as gerais e as específicas e podem ser definidas como integracionistas ou inclusivas: Segundo ele:

¹³⁰ Um exemplo importante nesta questão são os trabalhos desenvolvidos na área do aconselhamento pastoral, como o apresentado na pesquisa de MÜLLER, 1999. Esses trabalhos muitas vezes são entendidos como “exclusivos” para as pessoas com deficiência e/ou familiares, o que pode reforçar a idéia de que essas questões dizem respeito apenas aos “atingidos”, alavancando assim, poucas mudanças na práxis comunitária.

¹³¹ EDLER CARVALHO, 2004, p.14-15.

Leis gerais integracionistas são aquelas que contêm dispositivos separados sobre a pessoa com deficiência para lhe garantir algum direito, benefício ou serviço. [...] Leis gerais inclusivas seriam aquelas que, sem mencionar este ou aquele segmento da população, dão clara garantia de direito, benefício ou serviço a todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero ou deficiência. Esse tipo de lei ainda está por ser formulado. Leis específicas integracionistas são aquelas que trazem no seu bojo a idéia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados desde que ela tenha capacidade de exercê-los. Leis específicas inclusivas são aquelas que trazem no seu bojo a idéia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados mediante modificações no ambiente físico e humano que facilitem o exercício desses direitos.¹³²

“Nós não precisamos de mais leis, precisamos que se cumpram as que já temos”¹³³. Essa afirmação feita por uma pessoa surda num debate sobre inclusão aponta para o fato de que leis e projetos não garantem inclusão. Adaptação social é necessária, mas não muda as formas de olhar para as pessoas, para a diversidade e a diferença.

Assim, as reflexões sobre inclusão se expandem para além das leis e propostas pedagógicas, estão diretamente ligadas às formas de ver e compreender o ser humano em suas multiplicidades dentro dos paradigmas vividos na atualidade. Pressupõem a necessidade de mudança em todos os âmbitos sociais, frente às gigantescas exclusões presentes em nossa sociedade globalizada. Partindo do pressuposto de que

[...] o ser humano não nasce pronto; faz-se na interação com os outros e com o meio cultural e ambiental. Seus direitos também são construção histórica. Por isso é que seres humanos podem ou não se constituir em sujeitos de direitos, a depender da qualidade das relações estabelecidas.¹³⁴

Segundo o autor, neste processo “a educação tem um lugar” ou podemos dizer “vários”, também a igreja é chamada a refletir e re-significar sua práxis,

¹³² SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 6 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005. p.151-152.

¹³³ Por ocasião do 2º ciclo de debates sobre inclusão sob o tema Universidade Inclusiva, ocorrido em 11 de agosto de 2007 na UNISINOS.

¹³⁴ CARBONARI, Paulo César. Diversidade e educação: ensaio de compreensão das raízes para indicar alternativas. In: KLEIN, Remí, BRANDENBURG, Laude E.; WACHS, Manfredo C. **Ensino Religioso: diversidade e identidade: V Simpósio de Ensino Religioso**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008. p.35.

buscando caminhos alternativos para uma comunidade que se pretende inclusiva. A partir deste pano de fundo, olhamos para as falas da comunidade.

As respostas das pessoas entrevistadas sobre a pergunta: “O que você entende por inclusão?” revelam diferentes compreensões e ênfases, que, às vezes, se misturam na resposta de uma mesma pessoa. Todas as sete pessoas entrevistadas apontaram para o aspecto da adaptação, mas com ênfases diferentes: algumas focadas no ambiente e nas pessoas nos grupos que recebem e “possibilitam” a inclusão, abrindo “espaço” ou estando preparado para “atender” a pessoa com deficiência; outras focadas na pessoa com deficiência ou no seu esforço que “mostra ser capaz” de estar ali.

Bom, eu entendo que inclusão ocorre quando pessoas são possibilitadas, pessoas com alguma deficiência têm a possibilidade de participar junto com pessoas que não tem deficiência, destas mesmas atividades, [...] as mesmas tarefas, ou mesmas possibilidades, mesmo encontrando dificuldades diferentes, mas que estejam inseridas [...]. [Pessoa 1].

A inclusão pra mim, ela vem no sentido de tu abrir o espaço, àquela pessoa, falando na questão da deficiência, ou no sentido geral também, mas é tu abrir espaço, dar oportunidade pras pessoas mostrarem que são capazes, porque mesmo as pessoas sendo deficientes, quer dizer, portando uma deficiência, não sendo deficiente, elas tem o seu valor, como se diz, ela tem condições de executar determinada atividade [...]. [Pessoa 2].

Todas as sete pessoas apontaram em algum momento da sua fala para a ligação entre inclusão e o direito à igualdade e a não discriminação, mesmo que indiretamente. Mas, às vezes, como transparece na fala da pessoa 5 transcrita abaixo, parece que o foco muda do direito para a sensibilidade, quando menciona-se diretamente as pessoas com deficiência.

A inclusão exige transformação do sistema e ruptura de padrões. Necessita de mudanças que beneficiam todas as pessoas. A sociedade se adapta para atender as necessidades das pessoas com deficiência e com isso aprende a ser mais sensível e atenta as necessidades de todos. A inclusão defende os direitos de todas as pessoas com ou sem deficiência [...]. [Pessoa 5].

Eu entendo por inclusão que toda e qualquer entidade de forma alguma discrimine o ser humano por raça, credo e principalmente esteja preparado para atender as pessoas portadoras de deficiências. [Pessoa 3].

Destaco ainda a partir das entrevistas as compreensões de inclusão como “levar junto”, não esconder, e também, localizada no convívio entre iguais (no espaço deles). A partir desta compreensão a comunidade torna-se um lugar que “causa impaciência”, pois pressupõe silêncio e a imobilidade, a não ser no “permitido” senta e levanta das liturgias. Outro aspecto que transparece na afirmação do “levar” na fala abaixo transcrita e em outras cinco entrevistas, é a dificuldade percebida na família e que muitas vezes é identificada como vergonha, a “visibilidade”, a presença da pessoa com deficiência.

O que eu entendo assim, a gente vai, que nem eu vou pra APAE, e a gente vê ali a inclusão, a gente fala bastante, a inclusão é as pessoas deficientes participar assim, de atividades, ou não deixar a criança em casa, deficiente, [...] levar a criança, a pessoa deficiente pra comunidade (não eclesial) [...] não excluir, tem que incluir, né, na comunidade em geral, pra ela poder participar né, Assim, eu acho que... Eu já fui cumprimentada várias vezes, porque tem pais que deixam a criança em casa, a gente não, aonde é que vai, na igreja menos, um lugar menos que ele vai assim, ultimamente; gente ía muito, já que ele ficou meio impaciente. Mas assim nas viagens quando eu vou de ônibus, tenho parente em Santa Catarina, daí “Ai, meus parabéns, tu está levando teu filho”, porque tem gente que deixa em casa pros pais poder sair e se divertir, e a gente não, sempre leva ele aonde a gente vai, eu acho que aquilo é inclusão, tem que levar pra comunidade. [Pessoa 4].

Outro pressuposto para inclusão é o da necessidade de existir um sentimento de aceitação e reciprocidade por parte “daquele que pretende ser o que acolhe”, que se dá na convivência com a diversidade e no respeito às diferenças de cada pessoa. Cabe ainda destacar que inclusão é um processo que provoca mudanças neste “conviver” em comunidade e que eventos pontuais, como “o culto na semana nacional da pessoal com deficiência”, pouco contribuem para desencadear esses processos. A realização desta “Semana” em muitas comunidades é o único momento onde o assunto da inclusão é abordado, normalmente com o foco na pessoa com deficiência, apesar das recomendações em contrário.

Entendo como inclusão, levando-se em consideração um determinado grupo de pessoas, que haja um sentimento de aceitação ou bem estar, de

todos os integrantes do grupo. De nada adianta que se queira incluir um deficiente, no sentido tradicional da palavra, se não houver reciprocidade daquele que pretende ser o que acolhe. Todos precisam se sentir bem, ou à vontade, para que a ocasião não se transforme em assistencialismo ou propaganda do politicamente correto. [Pessoa 7]

Bom, em primeiro lugar eu compreendo que para que haja inclusão é necessário que também haja um encontro e a vivência de diferentes pessoas. E, daí, nós poderíamos citar todas elas, as pessoas com deficiência, pessoas de outras classes, de outras raças [...] Então é um assunto que não se refere somente a pessoas com deficiência, mas diz respeito a todos. Então, também, aprender com o outro, aparentemente menos favorecido. [...] não uma relação onde um dá e o outro recebe, mas onde um aprende com o outro. Respeitando então diversidade ou respeitando a forma do outro ser, a forma com que o outro age, percebendo que eu também sou diferente. Por exemplo, a semana Nacional da Pessoa com deficiência eu compreendo que ela é muito importante, mas muitas vezes pra mim ela é quase que uma tentativa somente de fazer com que a sociedade e as pessoas reflitam, sobre a situação das pessoas com deficiência. Em si, ela pouco promove a inclusão, pra que isso aconteça como eu digo, tanto que se houvesse a inclusão de fato, também nós não precisaríamos lembrar da semana nacional. Isso faria parte do nosso cotidiano. Então essa valorização da pessoa com deficiência, ela precisa acontecer todo dia, no dia a dia e não somente naquela semana ser lembrada, e de repente trazida ao culto ou a um encontro, ao contrário, acho que é uma caminhada, um encontro, é a vivência que você tem todos os dias que vai crescendo e se aperfeiçoando. [Pessoa 6]

3.2.2 O corpo fala: Entre experiências e rampas

Quando pedido para as pessoas relatarem algumas experiências de inclusão a partir do contexto no qual estavam inseridas, eu tinha em mente os contextos eclesiais que elas representam: o comunitário, afinal, exceto a pessoa da coordenação nacional dos trabalhos com pessoas com deficiência, todas as demais são lideranças em suas comunidades, sendo que a maioria ocupa cargos diretivos.

Foram relatadas as seguintes experiências de inclusão no contexto comunitário:

No ano passado alunos da APAE participaram do Chá de Advento da OASE. Sua participação não foi destacada para os demais. Como as demais pessoas, foram servidas, receberam hinários para cantar e ouviram o Grupo de Canto da OASE. Foi uma experiência bem legal! [Pessoa 7].

[...] no entanto, uma experiência de inclusão, ela começa a se fazer aos poucos também, e eu percebo isso muito bem quando nos cultos uma menina, ela normalmente em todos os cultos ela participa, e o que ela faz, ela chega, ela nos abraça, abraça a mim e [...], e [...] que canta, sem medo. [...] e ela chega e conversa, e outras pessoas com que ela tem também um pouco mais de contato, ela faz a mesma coisa, senta no primeiro banco, ora o Pai Nosso e todo mundo na Igreja consegue ouvir e eu penso assim, que coisa bonita, que coisa se mais pessoas com deficiência fizessem a mesma coisa que ela faz, porque com isso aos poucos eu também tenho a impressão de que a própria comunidade já não vê mais ela como uma

pessoa estranha, não como uma ameaça, não como alguém que de repente nos cause medo, mas como alguém que tá ali, né. [Pessoa 6]

No primeiro relato feito pela pessoa 7, é importante destacar a participação “como as demais pessoas”, que não focaliza a deficiência como “diferencial”. Quantitativamente falando, chama a atenção a aproximação numérica dos relatos, *um* encontro no “chá de advento da OASE”, *uma* moça que participa dos cultos. E, mesmo que não tenha sido estabelecido ou delimitado um número de experiências ou um período de tempo determinado dentro do qual elas se localizassem (p.ex. um ano ou mais), é evidente que não terem sido relatadas outras experiências de inclusão não significa que tais experiências não ocorreram.

Considerando que das seis¹³⁵ pessoas entrevistadas apenas foram mencionadas as experiências acima citadas, guardadas as proporções, esses dados nos oferecem um panorama realista. Preocupante, mas ainda assim realista, sobre quanto e como caminhamos comunitariamente em direção a uma práxis inclusiva. Não considerei a existência de rampa na entrada da igreja, apontada por duas pessoas como experiência de inclusão, por ser adaptação arquitetônica exigida pela lei.

No entanto, foram relatadas várias experiências de inclusão em contextos “fora” da comunidade, a maioria experiências observadas ou vivenciadas no contexto profissional de cada pessoa. Essas experiências correspondem ao campo de atuação em que cada pessoa está inserida: empresarial, educativo-social e político. Nestes contextos foram mencionadas experiências de inclusão no mercado de trabalho dos que “têm mais capacidade”, uma pessoa apontou positivamente para a legislação que determina a proporção de pessoas com deficiência dentro do

¹³⁵ No total foram sete pessoas entrevistadas, mas nessa questão deixei de fora na análise das entrevistas, a “pessoa da coordenação nacional” devido ao caráter institucional das experiências relatadas.

quadro de funcionários de empresas, e dois relatos dentro do campo educativo, que destaco a seguir.

Outra experiência foi a inclusão de um aluno de quatorze anos com problemas de repetência e comportamento, da rede regular de ensino para o EJA, onde passou a ser valorizado como pessoa e teve desenvolvida sua auto-estima, passando a ter boas notas e boa conduta. [Pessoa 7].

[...] foi um processo que foi interessante porque, nós tínhamos uma criança surda, que passou a freqüentar a nossa escola, porque a mãe era funcionária e não tinha com que deixar o menino. Então trouxe pra lá, e nós não tínhamos nenhum professor habilitado pra trabalhar com uma criança surda-muda, e... e... esse menino veio e começou a interagir e foi um processo interessante porque as crianças se comunicavam muito bem com ele, davam um jeito! E a partir dali vieram mais dois, porque esse menino ía também pra uma escola especial, e as mães que conheceram essa realidade dele, de ele estar no núcleo, pediram a vaga, e nós entendíamos que tínhamos que acolhermos, né, então tivemos, crianças da mesma idade, que ficaram na mesma turma, três, sem nós termos ninguém habilitado. [...] a professora deles, quando eles vieram, foi buscar o curso de libras e começou, com todo o processo da mãe do menino e dos outros três alunos, a desenvolver isso. E daí ela fez uma oficina de libras lá com as outras crianças também, e dali um pouquinho estava todo mundo se comunicando por linguagem de sinais. E daí, a partir dessa educadora, mais duas foram buscar também a capacitação. Depois ela saiu e as outras duas ficaram, então até hoje permanecem lá. Isso faz questão de quatro anos, então hoje ainda permanecem essas professoras e as crianças continuam lá, se comunicando e vários já se comunicam com a linguagem de sinais, [...] E também essa coisa de eles estarem juntos, de eles estarem brincando, de eles poderem desenvolver as mesmas atividades, inclusive nos festivais de criatividade onde nós apresentávamos os corais e os teatros, e eles participavam. As crianças formaram um coral com a linguagem de sinais, então primeiro eles apresentaram a música só com a linguagem de sinais, onde eles, os surdos estavam juntos, e depois eles cantavam com a linguagem de sinais e também com a voz, né. Então foi bem interessante. [Pessoa 1].

Os relatos acima apontam questões importantes dentro da reflexão sobre inclusão. O primeiro revela como alguém visto como “repetente e com problemas de comportamento” dentro de determinado padrão/norma escolar, ao mudar de “lugar” e dentro deste ser visto com “outro olhar”, ser valorizado e entendido de outra forma, deixa a situação de “problema” e passa a ter “boas notas e bom comportamento”. Esse relato exemplifica um aspecto sempre questionado nas reflexões e nos debates sobre inclusão, os padrões educativos de avaliação e de classificação dos “sujeitos”.

A exclusão do/a aluno/a não-padrão é uma realidade escolar e que não se apresenta apenas caracterizado pelo não acesso ou pela evasão escolar,

mas também pela permanência excludente, ou seja, no processo interno e cotidiano da prática pedagógica escolar, na maioria das vezes ocultado ou justificado pela competência de professores/as e pela concepção tradicional de educação [...]. O que se observa nas representações dessas pessoas [...], é que nem a complexidade da inteligência humanas nem as possibilidades dos indivíduos são consideradas.¹³⁶

O segundo relato pode ser visto como um exemplo concreto, ressaltando que não entendo exemplo como modelo ideal a ser seguido, de que, quando deixamos de olhar a deficiência como um problema a ser discutido e explicado, damos espaço para que processos e possibilidades de inclusão sejam construídos. A partir desses relatos, ressaltamos que a proposição de outras práticas pedagógicas baseadas na valorização da diversidade e no respeito aos diferentes ritmos de aprendizagem são fundamentais numa educação que se pretende inclusiva. E isso exige rupturas com as formas instituídas na educação e na sociedade, de olhar para as diferenças e às pessoas por elas identificadas.

3.2.3 Nas falas do corpo: a percepção das ausências

Vários trabalhos e pesquisas, como de Mary R. G. Esperandio¹³⁷ e Elizabete C. C. Renders¹³⁸, têm apontado para a invisibilidade e a ausência das pessoas com deficiência nos discursos teológicos e na vida comunitária. Isso é percebido em diferentes contextos eclesiais, sendo um desafio para todas as igrejas a busca de caminhos que viabilizem a participação comunitária de todas as pessoas.

A partir da percepção desta realidade também nas comunidades da IECLB e buscando sua confirmação ou não, perguntamos às pessoas entrevistadas: “Como você vê a participação das pessoas com deficiência nas práticas comunitárias?” Todas as respostas apontam para a “quase total” ausência de participação destas

¹³⁶ OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social.** Petrópolis: Vozes, 2004. p.143.

¹³⁷ ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. **A produção da (in)visibilidade da pessoa portadora de deficiência mental: uma cartografia de uma comunidade Batista.** São Leopoldo, IEPG, 2001.

¹³⁸ RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Por falar em ausência...: as pessoas com deficiência.** São Bernardo do Campo, UMESP, 2006.

peessoas na comunidade: “Olha, de modo geral eu penso que a participação das pessoas com deficiência ela é quase mínima” [Pessoa 3]; “Bem, não tenho como afirmar mas minha percepção é de que não há muita participação do portador em trabalhos comunitários” [Pessoa 3]; “Eu acho que tem ampliado, mas ainda está bem aquém do que deveria” [Pessoa 1]; “Eu já vi, há um tempo atrás, em função de uma pessoa” [Pessoa 2].

Essa última fala levanta, através do exemplo desta “uma pessoa” que era¹³⁹ uma liderança muito ativa dentro de uma das comunidades, um aspecto muito importante relativo à participação das pessoas com deficiência na vida comunitária, e que não se limita somente ao contexto eclesial, que é o aspecto da “autorização”, da referência. Explico com um trecho deste relato:

Tu sabes que o fato de ela ser uma ppd, isso também facilitava pra ela esse diálogo com as famílias, né, pra trazer, “traz o teu filho”, porque, não sei qual era o termo que ela usava, mas é aquela história, a pessoa se afina. Tu ta me convidando, vamos pro beira rio? Tu é colorado? Não, sou do grêmio, meu, então o que vais fazer lá? Nós temos que estar “afins”, temos que ser do mesmo time e a H. era do mesmo time que aquelas pessoas. [Pessoa 2].

Esse aspecto é ressaltado também por outra pessoa entrevistada a partir de seu contexto profissional:

[...] eu trabalho num setor onde a gente tem muito contato com pessoas com deficiência, e eu observo que quando os grupos se organizam ou têm uma liderança que trabalha com esses grupos, e incentiva eles a vida normal, assim, de fazer as coisas que normalmente se faz, né, quando uma pessoa portadora de deficiência observa que a outra está fazendo determinadas coisas, ela, eu percebo que ela se sente autorizada a fazer também. [Pessoa 1].

Será que a não participação das pessoas com deficiência na comunidade está relacionada com a percepção de que o espaço comunitário não é um espaço de/para “todos”? Será que as pessoas com deficiência se sentem “autorizadas” a estar na igreja? O que nos diz a pessoa 4 quando fala que o filho com deficiência, quando vai na APAE, “é pra ver como fica faceiro, lá ele vê o mundo dele, ele

¹³⁹ “Era” porque ela faleceu no ano passado.

observa, ele fica faceiro, fica bem diferente”, e num outro momento afirma que ele (o filho) fica impaciente na igreja?

Além de perceber a “ausência” das pessoas com deficiência na igreja, as entrevistas apontaram alguns outros motivos da não participação, que levantam outros questionamentos. São eles: o preconceito e a discriminação, a manifestação de um sentimento de “compaixão” direcionado à pessoa com deficiência que é considerada “inferior”, culpa ou vergonha ligadas à concepção de deficiência como “castigo ou fruto de pecado”, falta de motivação por não se sentir “bem-vinda” na comunidade e falta de conhecimento que sustenta “tabus” e estereótipos em relação a deficiência. Como podemos ver no depoimento da pessoa 6.

[...] imagino que isso se dê em grande parte por um sentimento de culpa, de vergonha da própria família em ter uma pessoa com deficiência e não querer mostrar isso à comunidade, às demais pessoas. Mas por outro lado também muitas vezes há falta de abertura que se dá pras famílias e filhos com portadores de deficiência, há uma falta de conhecimento de convivência que desmistifique a deficiência e permita esse encontro das pessoas. A concepção de deficiência como castigo, ela é muito presente nas pessoas, na família e na sociedade, e isso gera um forte sentimento de culpa e medo e conseqüentemente o afastamento de muitas famílias da comunidade. A S. em um dado momento compartilhou que se não fosse a perseverança dela em continuar participando e se fazer presente, ela teria desistido. E assim, eu percebo isso em relação a muitas outras famílias, não precisa falar isso, [...] no momento em que você não é bem vindo a um espaço você não retorna a ele, quer dizer, é culpa da comunidade? Nem sempre, mas é algo que precisa ser muito bem trabalhado, refletido. Claro que também a gente sabe, que em outros momentos essa pouca participação dessas pessoas com deficiência, ela também é devido, é devida a sua falta de locomoção de possibilidade de ir até um culto, até um encontro. Mas muitas vezes penso eu que, também são desculpas, quando não se tem motivação pra isso. Não se tem abertura pra isso. É como se as pessoas não se sentissem bem-vindas. É mais ou menos isso.

Os motivos acima levantados não se restringem ao contexto comunitário, muitos deles são vivenciados em outros contextos. Fica o desafio e o questionamento: “Vejo como uma necessidade o chamamento de pessoas [...] para o seio dos trabalhos da comunidade. Não apenas como beneficiários de campanhas. Considero a Igreja ainda muito elitista e discriminatória, contrariando os ensinamentos de Cristo”.

3.2.4 Igreja e inclusão: questionamentos, papéis, possibilidades...

Quando falamos na relação entre Igreja e inclusão, só podemos falar a partir da perspectiva da fé. E fé entendida aqui a partir da imagem bíblica do caminho (*hodos*) que acompanha todo ministério de Jesus, que se colocou como caminho e que é o fundamento da Igreja. Assim:

Hodos (caminhos) é por onde se anda, é sinônimo de um modo de vida, de uma práxis. Assim o termo já ocorre no Antigo Testamento (cf. Salmo 1.1s; Ezequiel 3.19; etc.), bem como no mundo antigo em geral. O Novo Testamento emprega-o no mesmo sentido (cf. Mateus 7.13s; Atos 18.25; etc.). Fé é uma “via a ser trilhada”, uma maneira de conduzir a vida.¹⁴⁰

É a partir desta perspectiva que as pessoas responderam sobre como viam o papel da igreja em relação à inclusão e o que achavam necessário para uma comunidade inclusiva. Essas falas refletem suas compreensões de igreja, misturam-se expectativas e questionamentos, bem como apontam caminhos e possibilidades para uma práxis comunitária inclusiva.

Diante das grandes demandas apontadas pelas reflexões sobre inclusão, os trabalhos desenvolvidos pela igreja tornam-se pouco expressivos, evidenciando o quanto precisamos avançar em nossas reflexões e atuação. É o que evidencia o relato da Pessoa 3: “Bem, não consigo dizer que ela é ativa nesta área. Não enxergo a Igreja como um todo, preocupada com esta questão”. Ampliando um pouco o foco da comunidade para o contexto do Sínodo através da atuação da pessoa 7, verificamos que essa percepção não muda, mesmo considerando que o trabalho em nível de coordenação sinodal abrange um número maior de comunidades: “Muito pequeno, irrelevante”. E no seguimento da colocação aponta o despreparo como um dos possíveis motivos para esta realidade, o que evidencia que “boa vontade” não basta para uma práxis inclusiva, faz-se necessário o suporte de “conhecimentos”; conforme suas palavras: “Talvez pelo despreparo dos próprios pastores, como

¹⁴⁰ BRAKEMEIER, 2008, p.170.

ocorre com os professores que também não são preparados para um trabalho de inclusão e sucesso de deficientes, pobres, rejeitados...”.

Outro ponto importante apontado quanto ao papel da igreja, é o do espaço ocupado pela comunidade enquanto entidade religiosa dentro da organização social e política local, onde a igreja pode ser mais uma “voz” na busca de uma sociedade mais justa, mais inclusiva, passando do papel de “conservadora e moralista” ao exercício de ser profética, buscando contribuir para as mudanças necessárias a uma sociedade mais humana. O exercício deste papel é apontado também em outros momentos nas entrevistas, como um ponto necessário para uma comunidade mais inclusiva. Assim a vida comunitária não é entendida como algo “à parte” da realidade social e política, mas nela tem um papel

[...] bastante importante de se inserir onde são criadas políticas públicas pra que essas possibilidades de inserção dessas pessoas aconteçam. Acho que a igreja tem essa responsabilidade e muitas vezes a gente separa muito as coisas, e eu penso que também pela comunidade a gente tem que ter essas propostas e muitos momentos são levadas. Eu sei que igrejas às vezes têm esse lugar também pra poder, politicamente eu falo, pra criar essas políticas públicas, pra estar nos conselhos, para estar lá, se fazer representar nas associações, enfim [...]. [Pessoa 1].

Paulo Freire, em seu texto sobre “O papel educativo das igrejas na América Latina”, ao falar da igreja profética, coloca que nessa linha profética

[...] a educação se instauraria como método de ação transformadora. Como práxis política a serviço da permanente libertação dos seres humanos, que não se dá, repitamos, nas suas consciências apenas, mas na radical modificação das estruturas em cujo processo se transformam as consciências.¹⁴¹

Trago esta colocação de Paulo Freire por acreditar que, a partir de um olhar educativo da “práxis comunitária”, o convívio em comunidade pode ser potencializado para desencadear processos inclusivos. Exemplificando a partir das colocações numa das entrevistas, o intenso convívio comunitário, quando baseado na interdependência entre as pessoas, pode nos sensibilizar para o outro,

¹⁴¹ FREIRE, Paulo. O papel educativo das igrejas na América Latina. In: **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.127.

proporcionando um auto-conhecimento mais profundo e honesto, tornando-nos mais humanos. Como nos afirma Morin:

[...] a compreensão de nossas fraquezas ou faltas é a via para a compreensão das do outro. Se descobrimos que somos todos seres fráveis, frágeis, insuficientes, carentes, então podemos descobrir que todos necessitamos de mútua compreensão.¹⁴²

Uma importante preocupação, levantada em várias entrevistas, já relatada nesta pesquisa, mas que reaparece nesta questão sobre os papéis da igreja e o que é necessário para uma comunidade inclusiva, e que aponta diretamente para o aspecto educativo dentro da comunidade, o “falar claramente sobre”, isto é, viabilizar e estimular espaços de discussão. Todas as pessoas entrevistadas apontaram a ligação entre deficiência e pecado, castigo ou falta de fé, o que demonstra a urgente necessidade de falar sobre o assunto, ainda mais considerando que esses argumentos ou justificativas fomentam e mantém esteriótipos e “pré-conceitos”, sem falar na visão “caritativa”, baseada na “pena” que essas compreensões acarretam. Isso podemos verificar, por exemplo, a partir do depoimento abaixo descrito:

[...] penso que é necessário acontecer, na comunidade, dentro das famílias, também um maior esclarecimento do que se refere à deficiência, as causas, as dificuldades, mas também as possibilidades de uma pessoa com deficiência, e isso muitas vezes se fala muito pouco, por isso também ela é um tabu entre as pessoas. Muito preconceito existe, muito medo existe com a desinformação das pessoas, e isso a gente percebe no relacionamento com as pessoas, às vezes nas próprias crianças, e aí eu posso relatar também a minha experiência quando ainda era mais jovem e cuidava do meu irmão, com síndrome de Dawn, onde algumas crianças até falavam assim: “Eu não posso brincar com ele, porque senão eu também vou ficar doente”, daí tá, quando você é mais jovem, mais criança você não se dá conta disso, você não sente a gravidade disso, mas depois você começa a perceber que não é assim, e que nisso realmente é incutido pelas pessoas, pela sociedade, às vezes até sem maldade ou por desinformação de fato. É uma dificuldade que também precisa ser superada, e além disso pra que aconteça também a inclusão na comunidade, penso que nós também precisamos nos dar conta também, da nossa real condição humana, saber das nossas limitações, saber das nossas fraquezas, saber que não somos como pensamos muitas vezes, auto-suficientes. E a pessoa com deficiência ela nos confronta com isso, ela nos faz perceber que nós precisamos dos outros, que nós temos sim fraquezas, limitações, mas que nem por isso nós somos menos ou inferiores, então eu penso que isso também é algo importante, que a gente tenha presente, saber da nossa condição. Outras

¹⁴² MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004. p.100.

peças, inclusive as pessoas com deficiência elas também tem potencialidades que precisam ser descobertas e trabalhadas, em relação a isso percebo quanto também às vezes é prejudicial e difícil um relacionamento das pessoas quando há compaixão, pena, delas. Essa pena, ela dificilmente contribui pro crescimento do grupo, pra vivência do grupo, ao contrário ela cria uma relação desigual como eu disse no início, porque é uma relação onde um dá e o outro simplesmente recebe, e pra que aconteça essa inclusão é necessário que ambos, aprendam um com o outro. Nesse sentido, acho que é também como você se coloca diante da pessoa, muitas vezes a postura de pena, de compaixão ela traz consigo uma idéia de que tu estás acima ou em um lugar melhor que a outra pessoa também, muitas vezes as pessoas acabam desde do início da infância aprendendo que elas estão num lugar abaixo dos outros. [Pessoa 6]

Por último, mas não menos importante, quero destacar ainda um aspecto que é apontado quase como uma característica “inerente” ao ser igreja, mas que muitas vezes é entendido como assistencialismo, que é a questão da solidariedade. Acredito que a solidariedade faz sim parte do ser igreja, tanto quanto faz parte do ser humano. Não a entendo como um “sentimento” que temos em relação ao outro, uma qualidade que nos torna “pessoas de bom coração” e que mantém o outro no lugar de “receptor” ou “recipiente” de nosso favor, mas como um compromisso com o outro que me leva a questionar a situação em que esse outro se encontra e a buscar mudanças.

Neste sentido, busco embasamento no conceito de sensibilidade solidária de Hugo Assmann, que não se ocupa diretamente com as questões das pessoas com deficiência, mas sua preocupação “consiste na integração ou inclusão da massa dos/as excluídos/as na vida social, nas condições de possibilidade de viverem uma vida digna e prazerosa”¹⁴³, aproximando-se assim do nosso tema. Para ele:

A sensibilidade solidária é uma forma de conhecer o mundo que nasce do encontro e do reconhecimento da dignidade humana dos que estão “dentro-e-fora” do sistema social; um conhecimento marcado pela afetividade, empatia e compaixão (sentir na sua pele a dor do/a outro/a). Por isso mesmo, é um conhecimento e uma sensibilidade que estão comprometidos, que vivem a relação de interdependência e mútuo reconhecimento de um modo existencial, visceral, e não somente intelectual.¹⁴⁴

¹⁴³ ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.90.

¹⁴⁴ ASSMANN, 2000, p.134.

CONCLUSÃO

Há momentos na vida onde a questão de saber se podemos pensar de outro modo que não pensamos e perceber de outro modo que não vemos é indispensável para continuar a olhar e refletir. [M. Foucault]

Não há como concluir esta caminhada, há apenas a certeza de que outros rumos podem ser dados aos passos que vão ser trilhados. Chegar ao final desta pesquisa é perceber que não é mais a mesma pessoa que chega. Nos caminhos que trilhei desde o início nesta pesquisa, muitas foram às vezes em que a pastora e mãe não quiseram mais seguir adiante devido às muitas curvas “inesperadas” que dois anos podem trazer. Muitas foram as vezes que “parei” ou fui “parada” diante de questionamentos que saltavam das leituras para a prática pastoral, colocando em “xeque” algumas certezas e convicções, mas também re-afirmando outras.

A imagem do caminho tem me acompanhado há muito tempo, e é claro que não é só a mim que ela evoca muitos sentidos. Escolhi esta última imagem de um caminho um pouco inusitado, por causa de uma “piadinha” que, com certeza, todo estudante de teologia ouviu, sobre a história onde Jesus caminha sobre as águas e Pedro, ao tentar fazer o mesmo, afunda porque Jesus não revelou a localização de todas as pedras do caminho.

Essa história era usada muitas vezes para explicar o “fracasso”, apesar de todo o esforço e empenho. Moral da história: Não saber a localização das pedras nos faz muitas vezes afundar ao caminhar! A arrogância de pensar que sabe onde

elas estão, também. Mas não se dar conta de que o seguimento no caminho de Jesus, no qual nos inserimos enquanto pessoas e enquanto comunidade, não é pré-determinado, não está sempre no mesmo lugar, não é feito das mesmas “pedras-base”, também nos faz afundar.

Perceber que as pedras são escolhidas por nós, que nós contamos a sua localização a quem achamos que pode, deve ou merece passar por este “nosso” caminho, mas, acima de tudo, perceber que nós podemos colocá-las aonde nós queremos, independente do “lugar” que elas sempre ocuparam, o lugar “do sempre foi assim”, pode mostrar outros caminhos e possibilidades na convivência em comunidade, é “indispensável para continuar a olhar e refletir” sobre inclusão na igreja.

A IECLB traz uma marca em sua trajetória que ainda hoje determina, talvez inconscientemente, a vida comunitária, o de ser “fechada”. Esta característica pode estar ligada às dificuldades vividas pelos imigrantes alemães, que, ao serem excluídos na sociedade, se fecharam em guetos.¹⁴⁵ Essa herança histórico-cultural não justifica, mas explica a desconfiança e a dificuldade de aceitação por parte de comunidades, de pessoas “estranhas” à sua “tradição”, não só em relação às pessoas, mas às mudanças e “novidades”. Será esse um dos motivos dos 29 anos de espera do Sr. Güenther?

A partir da criação da Coordenação Nacional para trabalho com pessoas com deficiência, a reflexão sobre inclusão ganha novo ritmo dentro da Igreja. Dentro das várias propostas e trabalhos desenvolvidos neste setor, destaco o importante papel de ajudar a igreja, comunidades e sínodos a se perceberem como protagonistas no compromisso com a inclusão. Através dos diversos cursos,

¹⁴⁵ Essa característica é apontada por pesquisadores como SCHÜNEMANN, Rolf. **Do gueto à participação**: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

seminários e assessorias promovidos, muitos passos importantes já foram dados em muitas comunidades. Mas muitos ainda precisam ser dados e acredito que é urgente provocar essa reflexão dentro de comunidades que ainda vêem inclusão como um assunto que diz respeito apenas às pessoas com deficiências e suas famílias. Neste sentido, vejo como fundamental romper com a idéia de que inclusão é ter um grupo de apoio às pessoas com deficiência. Não questionando a importância deste trabalho, mas será que ele não reforça a idéia de “atendimento”, que, por sua vez, pode reforçar a idéia de “algo que precisa ser resolvido” e, quando não há sucesso, busca-se o “consolo espiritual”, que indiscutivelmente também faz parte papel da igreja, mas será que não contribui para a sustentação da idéia de “deficiente”?

Chamou a atenção nas entrevistas realizadas para esta pesquisa a quantidade de vezes em que aparece nas falas a compreensão de deficiência como pecado ou castigo. O entendimento de deficiência como falta ou falha é tão presente em nós, que vivemos nestes tempos de consumismo exacerbado, de culto ao corpo, não à saúde, que é difícil conseguirmos nos “livrar” desta compreensão de deficiência, que o próprio termo expressa.

Considerando que as diferenças apresentadas pelas pessoas com deficiências são entendidas como “qualidades negativas – tão marcantes e significativas porque relacionadas como ao que lhes falta”¹⁴⁶, e que esta forma de olhar foi e ainda é justificada por compreensões religiosas, é urgente uma “aprendizagem” que possibilite outras formas de olhar para as pessoas. Como comunidade o que nos une é fé em Jesus Cristo como “*hodos*”, o que Ele aponta para nossa prática comunitária?

¹⁴⁶ EDLER CARVALHO, 2006, p.139-140.

Neste sentido, “o olhar” de Jesus às pessoas, expresso em sua prática, articulado com a metáfora paulina da igreja como “corpo”, oferece caminhos para repensar as práxis comunitárias. Jesus rompeu com muitos paradigmas em sua época, sua mensagem do Reino de Deus oferecia às pessoas uma outra perspectiva para a vida. O questionamento de leis e tradições presentes na atuação de Jesus nos chama a romper com o medo do “sempre foi assim” e ter “coragem” como igreja de deixar o confortável lugar em que muitas vezes nos colocamos e lutar efetivamente pela vida digna a todas as pessoas, tão presente em nossas pregações. O que leva a questionar se realmente somos uma igreja de “todos e para todos”, ou se, pelos menos, realmente queremos ser.

A metáfora paulina de igreja como “corpo” estabelece o princípio da interdependência e igualdade entre os membros do corpo e com isso rompe com a possibilidade de hierarquização. Este talvez seja o primeiro desafio do texto. O reconhecimento dessa interdependência é um processo de aprendizagem mútua, onde não há espaço para atitudes baseadas em relações de poder, onde um está acima do outro, que geralmente levam a atitudes de pena e compaixão e em nada contribuem para a dignidade das pessoas.

Outro aspecto importante já apontado neste texto é que, na convivência no corpo, as diferenças e individualidades são preservadas e vistas como contribuição que enriquece as relações. Diante da padronização e também na luta por direitos e reconhecimento do valor e da dignidade, o papel das diferenças é fundamental. Mas, ao mesmo tempo em que elas nos diferenciam, marcam limites, demarcam lugares, elas também nos afastam.

Daí a relevância de enfatizarmos, em nossa busca e em nossas reflexões sobre inclusão, pontos de aproximação, semelhanças que nos aproximem, que

respeitem as diferenças enquanto diferenças, sem tentar compensá-las ou justificar seu valor. Nesses processos de construção da convivência, é fundamental estabelecermos outras formas de olhar para as diferenças e ter claro que:

Diferença é sempre diferença, ela nunca deixa de ser diferença, não pode ser compreendida como um momento específico – e não-desejável – no processo de construção de igualdades sociais. A diferença é construída histórica, social e politicamente.¹⁴⁷

Diante dos caminhos percorridos nesta pesquisa e dos questionamentos e descobertas que esse caminhar pelas reflexões sobre inclusão provocou, cabe aqui ainda destacar a convivência comunitária como um “campo potencial” para processos inclusivos. Durante as entrevistas, observando as falas das pessoas, percebe-se a busca de muitas coisas na comunidade/igreja. Dela se espera muitas coisas, nela se idealizam muitas coisas, nela se constroem muitas relações, nela falta espaço para muitas pessoas, nela há espaço para muitas pessoas.

A vivência da experiência da fé une as pessoas em semelhantes sonhos, esperanças, desejos, inquietudes, dúvidas, etc. Independentemente do que as leva à comunidade, elas estão “ali”. Esse estar ali em busca de algo potencializa os encontros comunitários como espaços ricos para o “aprender a viver junto”. E aqui cabe o desafio feito em algumas entrevistas de se “falar” mais claramente sobre os assuntos, relacionar os textos bíblicos com a realidade. A “igreja da palavra” fala pouco... esquecendo que “nosso silêncio” muitas vezes reforça compreensões que não são “coerentes” com o Evangelho do Reino. Inclusão diz respeito a todos!

Como contraponto, ou não, finalizo com as palavras de Bauman:

Somos todos interdependentes neste nosso mundo que rapidamente se globaliza, e devido a essa interdependência nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo. Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente. O que quer que nos separe e nos leve a manter distância dos outros, a estabelecer limites e construir barricadas, torna a administração dessas tarefas ainda mais difícil. Todos

¹⁴⁷ SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação & Exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 2006. p.23.

precisamos ganhar controle sobre as condições sob as quais enfrentamos os desafios da vida – mas para a maioria de nós esse controle só pode ser obtido coletivamente. Aqui, na realização de tais tarefas, é que a comunidade mais faz falta; mas também aqui reside a chance de que a comunidade venha a se realizar. Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos.¹⁴⁸

¹⁴⁸ BAUMAN, 2003. p.133-134.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Walter. **Lutero e Libertação**. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Ática, 1994.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Paradigmas educacionais e corporeidade**. Piracicaba: UNIMEP, 1994.

_____; SUNG, Jung Mo. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BARBAGLIO, Giuseppe. **As cartas de Paulo**. v.2. São Paulo: Loyola, 1991.

BAUER, Martin W., GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p.23.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRAKEMEIER, Gottfried. **Tesouros em vasos de barro**. Blumenau: Otto Kuhr, 1999.

_____. **A Primeira Carta do Apóstolo à Comunidade de Corinto: um comentário exegético-teológico**. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

_____. **Ciência ou religião: quem vai conduzir a história? A urgência de um novo pacto**. São Leopoldo: Sinodal, 2006.

_____. **O ser humano em busca de identidade: contribuições para uma antropologia teológica**. São Leopoldo: Sinodal, São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Por que ser cristão?: Dez boas razões para crer em Jesus Cristo, crer na ressurreição, viver em comunidade, ler a Bíblia, amar o próximo**. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

_____. Um novo modo de ser IECLB? Ensaio de Eclesiologia Contemporânea. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, ano 34, n.1,1994.

CAPOSSA, Romão F. J. A doença e a cura entre os Barghwas de Moçambique. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana**. n.49. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARBONARI, Paulo César. Diversidade e educação: ensaio de compreensão das raízes para indicar alternativas. In: KLEIN, Remí, BRANDENBURG, Laude E.; WACHS, Manfredo C. (Org.) **Ensino Religioso: diversidade e identidade: V Simpósio de Ensino Religioso**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

CAZELLES, Henri. **História política de Israel: desde as origens até Alexandre Magno**. São Paulo: Paulinas, 1986.

CERIGNONI, Francisco N.; RODRIGUES, Maria Paula (Coord). **Deficiência: uma questão política?** São Paulo: Paulus, 2005.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

COMBLIN, José. **Paulo e a cruz de Jesus**. In: RIBLA. n.20. Petrópolis, Vozes; São Leopoldo: Sinodal, 1995.

_____. **Antropologia cristã**. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **O Caminho: Ensaio sobre o seguimento de Jesus**. São Paulo: Paulus, 2004.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Uma Igreja de todos e para todos: Uma Declaração Teológica Provisória**. São Paulo: Aste, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber (org). **Caminhos investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2004.

DEPARTAMENTO DE DIACONIA – IECLB. **Semana Nacional da Pessoa com Deficiência: 21-28 de agosto**. Cadernos de Subsídios. Porto Alegre: 2006.

_____. **A pessoa portadora de deficiência e a IECLB: relato de uma caminhada**. Porto Alegre, 1993.

DOBBERAHN, Friedrich Erich. Cura e salvação na Bíblia. **Vox Scripturae**. n.3:2, p.151-165, 1993.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

EDLER CARVALHO, Rosita. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

ESPERANDIO, Mary Rute Gomes. **A produção da (in)visibilidade da pessoa portadora de deficiência mental:** uma cartografia de uma comunidade Batista. São Leopoldo, IEPG, 2001.

FERRÉ, Núria Pérez de Lara. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel:** políticas e poéticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Júlio Romero. **A nova LDB e as necessidades educativas especiais.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S0101-32621998000300002>. Acesso em: 30 maio 2006.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo, GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FOULKES, Irene. **Problemas pastorais em Corinto:** comentário exegético-pastoral a 1 Coríntios. San José: Editorial DEI, 1996.

FREIRE, Paulo. O papel educativo das igrejas na América Latina. In: **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 34 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. (Orgs). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HOEFELMANN, Verner. Corinto: contradições e conflitos de uma comunidade urbana. In: **Estudos Bíblicos.** n.25. Petrópolis: Vozes, São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, São Leopoldo: Sinodal, 1990.

_____. A crítica de Jesus à Lei como opção pelos marginalizados. **Estudos Bíblicos.** n.27, Petrópolis: Vozes, São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, São Leopoldo: Sinodal, p.54-63, 1990.

IECLB. **Nossa fé nossa vida:** Guia da vida comunitária na IECLB. São Leopoldo: Sinodal, 2003.

_____. **Regimento Interno da IECLB.** Blumenau, SC: Centro de Literatura da IECLB, 2005.

IMMICH, Vera Maria. Uma mulher com deficiência luta contra a morte. **Mosaicos da Bíblia.** n.18. São Paulo: Koinonia, 1995.

JEREMIAS, Joachim. **Jerusalém no tempo de Jesus:** pesquisas de história econômico-social no período neotestamentário. São Paulo: Paulinas, 1983.

JOHANN, Jorge R. (coord.). **Introdução ao Método Científico:** conteúdo e forma de conhecimento. Canoas: ULBRA, 1997.

KASSAR, Mônica de Carvalho M. Uma leitura da Educação Especial no Brasil. In: GAIO, Roberta; MENEGETTI, Rosa G. K. (Orgs). **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

KILPP, Nelson. Deficientes físicos no Antigo Testamento. **Estudos Bíblicos**. n.27, Petrópolis: Vozes, São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, São Leopoldo: Sinodal, p.38-46, 1990.

KUCHENBECKER, Klaus Ernesto. **O trabalho com pessoas surdas numa congregação de ouvintes**. Escola Superior de Teologia: São Leopoldo, 2007.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão escolar: Diversidade, diferença e processos identitários. In: **Anais do V Simpósio Nacional de Educação: diversidade na educação – diálogos possíveis**. PREUSS, Evandro [et al.] Frederico Westphalen: URI, 2006.

_____; DAL'IGNA, Maria Cláudia. (orgs.) **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **O direito à diferença nas escolas: questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências**. Disponível em: <www.todosnos.unicamp.br/Diferencas/Artigos/Revistas/EticaInclusao.doc>.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. [et al.]. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MASKE, Neli. **Aconselhamento pastoral de famílias com pessoas portadoras de deficiência: um enfoque relacional-existencial**. São Leopoldo, [s.n.], 2001.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MESTERS, Carlos. **Paulo Apóstolo: um trabalhador que anuncia o Evangelho**. Belo Horizonte: CEBI, 1991.

METZGER, Martin. **História de Israel**. São Leopoldo: Sinodal, 1989.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva; contextos sociais**. Traduzido por Winyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MITTLER, Peter. Um desafio Global. In: REVISTA PÁTIO. **Diversidade na Educação: limites e possibilidades**. Ano V. n.20. Artmed, fev-abr 2002.

MO SUNG, Jung; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Teologia e Economia**. Repensando a Teologia da Libertação e utopias. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLTMANN, Jürgen. **Diaconia en el Horizonte del Reino de Dios: hacia el diaconado de todos los creyentes**. Tradução de Constantino Ruiz Garrido. Guevara: Editorial Sal Térrea, 1987.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2004.

MÜLLER, Iára. **Aconselhamento com pessoas portadoras de deficiência**. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

NOVA ESCOLA. **Inclusão**. São Paulo: Editora Abril, outubro de 2006.

NOVA ESCOLA. **Pessoas Especiais**. São Paulo: Editora Abril, jan/fev de 2001.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: a problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PIRES, José. A questão ética frente às diferenças: uma perspectiva da pessoa como valor. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. [et al.] organizadores. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PIRES, Rogério Sousa. **Educação e inclusão: o ser professor ao educar alunos com deficiência numa escola confessional**. São Bernardo do Campo, [s.n.], 2007.

PRIEN, Hans-Jurgen. **Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal. Petrópolis: Vozes, 2001.

QUESNEL, Michel. **As Epístolas aos Coríntios**. São Paulo: Paulinas, 1983.

RENDERS, Elizabete Cristina Costa. **Por falar em ausência...: as pessoas com deficiência**. São Bernardo do Campo, UMESP, 2006.

RICHARD, Pablo. A prática de Paulo: suas opções fundamentais. In: **RIBLA**. n.20. Petrópolis: Vozes, São Leopoldo: Sinodal, 1995.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Construindo uma sociedade para todos**. 6.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SCHIPANI, Daniel. **El Reino de Dios y el ministerio educativo de la iglesia: fundamentos y principios de educación cristiana**. México: Editorial Caribe, 1983.

SCHMIDT, Werner H. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

SCHMITT, Marga Inês. **Inclusão escolar na educação básica: a trajetória de uma escola da Rede Sinodal de Educação da IECLB**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: IEPG, 2006.

SCHÜNEMANN, Rolf. **Do gueto à participação: o surgimento da consciência sócio-política na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil entre 1960 e 1975**. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

SENADO FEDERAL. PAIM, Paulo (org). **Estatuto da Pessoa com Deficiência: A natureza respeita as diferenças. Acessibilidade é direito de todos.** 7ed. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/PAULOPAIM/pages/vida/publicacoes/textos/Estatuto%20da%20Pessoa%20Com%Defici%C3%Aancia%2006.doc>>. Acesso em: 16 set. 2007.

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje.** São Paulo: CEDAS, 1986.

SILVA, Selma Elisabeth Gomes da. **Deficiência e experiência religiosa: um enfoque teológico-terapêutico do papel da religião no cotidiano do cliente portador de deficiência em um hospital da Grande São Paulo.** São Bernardo do Campo, [s.n.], 2002.

SILVA, Vera Luci Machado Prates da. **Comunidade Eclesial: espaço terapêutico para a díade mãe-criança portadora de deficiência.** São Leopoldo, [s.n.], 2002.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** Porto Alegre: Mediação, 2006.

STRECK, Danilo. **Educação para um novo contrato social.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

STRINGHINI, Pedro Luiz. A Cura na Bíblia. **Revista de cultura teológica.** São Paulo: Loyola, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WALBER, Vera Beatriz. **As práticas de cuidado com as pessoas com deficiência na IECLB.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

WEBER, Hans-Ruedi, **Jesus e as crianças: subsídios bíblicos para estudo e pregação.** São Leopoldo: Sinodal.

WEBER, Hans-Ruedi. **Bíblia: o livro que me lê: manual para estudos bíblicos.** São Leopoldo: Sinodal: CEBI, 1998.

ANEXO I

ANEXO II - Roteiro de perguntas

- O que você entende por inclusão?
- Relate algumas experiências de inclusão no contexto em que você está inserida (o).
- Como você vê a participação de pessoas com deficiência nas práticas comunitárias?
- Como você vê o papel da Igreja em relação à inclusão?
- Na sua opinião, o que é necessário para uma comunidade inclusiva?
- O que você entende por deficiência?
- Como você entende a relação entre fé e deficiência?

ANEXO III – Termo de consentimento livre e esclarecido

Título da Pesquisa: “SIMPLESMENTE IGREJA: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva.”

Pesquisadora: Sandra Kamien

Orientador: Dr. Remí Klein

1. Natureza da pesquisa: o(a) Sr.(a) está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem como finalidade conhecer e problematizar os diferentes caminhos propostos pelo “paradigma da inclusão”, refletindo-os a partir de uma abordagem bíblico-teológica-educativa, buscando contribuições para uma práxis comunitária inclusiva.

2. Participantes da pesquisa: Serão entrevistadas sete (7) pessoas: duas (2) pessoas que participam na coordenação sinodal do trabalho com pessoas com deficiência no Sínodo Nordeste Gaúcho, sendo uma (1) obreira e uma (1) não obreira; uma (1) do Departamento de Diaconia da IECLB, que é responsável pelos trabalhos dirigidos às pessoas com deficiência no âmbito da igreja e outras quatro (4) pessoas membros da Paróquia da IECLB em Portão, sendo: uma (1) com envolvimento na causa da inclusão e com pessoa com deficiência na família; uma (1) liderança de comunidade engajada em trabalhos com pessoas com deficiência, duas (2) lideranças sem qualquer vínculo com trabalhos para/ou com pessoas com deficiência na família.

3. Envolvimento na pesquisa: ao participar deste estudo o (a) Sr. (a) permitirá que a pesquisadora Sandra Kamien investigue “quais são os saberes e as verdades produzidas nas comunidades sobre a inclusão”. O (a) Sr. (a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o Sr.(a), sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone da pesquisadora e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

4. Sobre as entrevistas:

As entrevistas serão gravadas e transcritas literalmente objetivando a análise dos resultados para embasamento da dissertação. As pessoas que serão entrevistadas assinarão o termo de compromisso autorizando o uso do teor da pesquisa de campo.

As idéias das pessoas entrevistadas serão identificadas por pessoa n.1, pessoa n.2 e assim por diante, suas identidades permanecerão no anonimato. O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética constituído pela instituição e aprovado por órgãos governamentais de pesquisa científica.

As idéias expressas nas entrevistas, colaborarão com a pesquisa “SIMPLESMENTE IGREJA: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva”, do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Escola Superior de Teologia, localizada em São Leopoldo/RS.

1. Riscos e desconforto: a participação nesta pesquisa não traz complicações legais, nem riscos e desconfortos. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução no. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.

2. **Confidencialidade:** a participação na pesquisa tem garantia do sigilo que assegura a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, os dados não serão divulgados. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados.
3. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o (a) Sr. (a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre inclusão de pessoas com deficiência na comunidade/igreja, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa auxiliar na reflexão sobre inclusão comunitária. A pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos.
4. **Pagamento:** o (a) Sr. (a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa:

Participante da entrevista

Sandra Kamien

TELEFONES:

Pesquisadora: Sandra Kamien (51) 3562-4616

Orientador: Dr. Remi Klein (51) 3588-2054.

Comitê de Ética em Pesquisa: Walmor Ari Kanitz (51) 2111-1455

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)